

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO 2019

Maio, 2020



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Cidade de Goiás



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO

RELATÓRIO
— PARCIAL —

Maio, 2020



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

Câmpus
Cidade de Goiás



Reitoria do IFG

Reitor

Jerônimo Rodrigues da Silva

Diretoria Executiva

Adriana dos Reis Ferreira

Pró-Reitoria de Administração

José Carlos Barros Silva

Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional

Amaury França Araujo

Pró-Reitoria de Ensino

Oneida Cristina Gomes Barcelos Irigon

Pró-Reitoria de Extensão

Daniel Silva Barbosa

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Paulo Francinete Silva Junior

Equipe Comissão Central da CPA 2017/2020

Portaria nº 116, de 21/01/2020

Darlene Ana de Paula Vieira

Representante Docente

Presidente

Priscila Branquinho Xavier

Representante Docente

Ana Paula Araújo Martins

Representante Técnico-Administrativo

Ivaine Maria da Silva Melo

Representante Discente

Gustavo Henrique Garcez Andrade

Representante Discente

Liana Jayme Borges

Representante indicada pela Universidade Federal de Goiás

Antoniél Aniceto de Oliveira

Representante indicado pelo IFGoiano

Equipe Elaboradora – Comissão Local de Avaliação
Portaria nº 1070, de 03 de junho de 2019 (recomposição)

Rita Cristina Holdefer

Representante Técnico-Administrativo

Kamilla Machado Palhares

Representante Docente

Samuel Hilário Rodrigues

Representante Técnico-Administrativo

Érica de Almeida Bastos Zanon

Representante Docente

Victor Teixeira Barbosa

Representante Discente

Emanuel Bruno Lima Sá

Representante Discente

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição dos <i>campi</i> do IFG no estado de Goiás.....	16
Figura 2 - Cartaz informativo utilizado na divulgação do processo de avaliação institucional.	25
Figura 3 - Divulgação do processo de avaliação institucional em rede social..	26
Figura 4 - Arte utilizada para divulgação em rede social	27

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Quantitativo da comunidade acadêmica participante no questionário.	28
Tabela 2 - Quantitativo do corpo discente participante no questionário.....	28
Tabela 3 - "O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é:" ...	31
Tabela 4 - "O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:"	32
Tabela 5 - "O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:"	36
Tabela 6 - "O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:"	38
Tabela 7 - "A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:"	40
Tabela 8 - "O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:"	42
Tabela 9 - "A política de gestão de pessoas no IFG é:"	44
Tabela 10 - "A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:"	45
Tabela 11 - "A política de capacitação para os servidores técnico-administrativos no IFG é:"	45
Tabela 12 - "A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:"	46
Tabela 13 - "A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG é:"	47
Tabela 14 - "As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:"	49
Tabela 15 - "As áreas de convivência para os estudantes no IFG são:"	51
Tabela 16 - "As áreas de convivência para os servidores no IFG são:"	52
Tabela 17 - "A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:"	53
Tabela 18 - "A forma como os laboratórios didáticos, necessários para o seu curso, atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:"	55

Tabela 19 - "A infraestrutura da biblioteca do IFG é:"	57
Tabela 20 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:"	57
Tabela 21 - "O acervo da biblioteca, voltado para seu Curso é:"	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - "O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é:"... 67	
Gráfico 2 - "O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:"	121
Gráfico 3 - "O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:"	122
Gráfico 4 - "O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:"	123
Gráfico 5 - "A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:"	124
Gráfico 6 - "O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:" ...	125
Gráfico 7 - "A política de gestão de pessoas no IFG é:"	126
Gráfico 8 - "A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:"	127
Gráfico 9 - "A política de capacitação para os servidores técnico-administrativos no IFG é:"	128
Gráfico 10 - "A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:"	129
Gráfico 11 - "A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG:"	130
Gráfico 12 - "As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:"	131
Gráfico 13 - "As áreas de convivência para os estudantes no IFG são:"	132
Gráfico 14 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:" "A infraestrutura da biblioteca do IFG é:"	133
Gráfico 15 - "As áreas de convivência para os servidores no IFG são:"	134
Gráfico 16 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:" ...	135
Gráfico 17 - "A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:"	136
Gráfico 18 - "A forma como os laboratórios didáticos, necessários para o seu curso, atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:"	137
Gráfico 19 - "O acervo da biblioteca, voltado para seu Curso é:"	138

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	5
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE GRÁFICOS	8
1. INTRODUÇÃO	12
1.1 Apresentação da Instituição	14
1.2 Apresentação do Câmpus.....	16
1.3 Processos regulatórios.....	18
1.4 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG	19
2. METODOLOGIA.....	22
2.1 Delineamento do Estudo	22
2.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados	23
2.3 Definição da População de Pesquisa e Composição da Amostra	24
2.4 Consulta a documentos Institucionais	28
2.5 Escalas e Critérios de Análise.....	29
3. DESENVOLVIMENTO: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES	30
3.1 Eixo II - Desenvolvimento institucional	30
3.1.1 Dimensão I	30
3.1.2 Dimensão III	35
3.2 Eixo IV - Políticas de Gestão.....	43
3.2.1 Dimensão V	43
3.2.2. Dimensão VI	47
3.3 Eixo V – Infraestrutura	48
3.3.1 Dimensão VII	48
3.3.1.1 Salas de aula	48
3.3.1.2 Espaços de Convivência	51
3.3.1.3 Acessibilidade física	52

3.3.1.4	 Laboratórios	54
3.3.1.5	 Biblioteca.....	56
3.3.1.6	 Outras considerações quanto à infraestrutura	60
4.	 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
5.	 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	64
	 ANEXO A – GRÁFICOS INDIVIDUAIS GERADOS PELA PLATAFORMA DO	
	 QUESTIONÁRIO	67

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório tem por intuito apresentar os resultados da autoavaliação institucional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG) - Câmpus Cidade de Goiás realizada no ano de 2019, por esta comissão local, que fora constituída por meio da *Portaria 1.070, de 3 de junho de 2019*.

Elaborado de acordo com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065/2014, a autoavaliação contempla as dimensões institucionais descritas na Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), definindo no parágrafo 1º de seu primeiro artigo:

§ 1º O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A autoavaliação institucional divide-se em cinco eixos, sendo eles: **Eixo I - Planejamento e Avaliação Institucional; Eixo II - Desenvolvimento Institucional; Eixo III - Políticas Acadêmicas; Eixo IV - Políticas de Gestão e Eixo V - Infraestrutura Física**, atendendo a dez dimensões institucionais obrigatórias:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do

meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

No ano de 2019, a avaliação realizada pela comunidade acadêmica (discentes dos cursos superiores, docentes e técnicos-administrativos) não abrangeu os cinco eixos, sendo avaliados apenas os eixos II, IV e V, contemplando então, os que não estiveram presentes no ciclo avaliativo de 2018.

Durante o período de participação da comunidade acadêmica na autoavaliação, por meio de questionários dispostos no *site* institucional (do dia 23 de outubro até 06 de dezembro de 2019), a Comissão Local se empenhou em distintas ações de sensibilização para aumento da adesão ao processo avaliativo, além de ações durante todo o ano como modo de conscientizar esta comunidade da importância de tal processo, assim como, desta comissão nos processos regulatórios da educação superior e na orientação da melhoria na qualidade, manutenção de processos satisfatórios e indicação de possíveis rumos de expansão.

1.1 Apresentação da Instituição

Em 1909, foram criadas, a partir do Decreto nº 7.566, as primeiras escolas profissionais oficiais. As dezenove Escolas de Aprendizes Artífices, nome que receberam, passaram a oferecer cursos para formação de operários e contramestres, mediante um ensino prático e conhecimentos técnicos baseados nas exigências das indústrias locais (GOMES, 2004). Essas Escolas iniciaram as atividades na Cidade de Goiás, capital do Estado de Goiás na época. Em 1942, as Escolas de Aprendizes Artífices foram transformadas em Escolas Técnicas. Com a mudança da capital para a cidade de Goiânia, a Instituição também foi transferida, passando a ofertar cursos profissionalizantes na área industrial, passando a ser denominada Escola Técnica de Goiânia.

Em 1959, com a Lei nº 3.552/1959, houve a criação da Rede Federal de Ensino Técnico e as Escolas Técnicas passaram a ser chamadas Escolas Técnicas Federais. A partir de 1978, as Escolas Técnicas Federais foram gradualmente transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs). A mudança de Escola Técnica Federal de Goiás para Centro de Educação Tecnológica de Goiás ocorreu no dia 22 de março de 1999, atuando também na formação de ensino superior e no desenvolvimento de extensão e pesquisa.

Em 2007, o Decreto nº 6.095/2007 colocou em discussão, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica, o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica. Gradativamente, os CEFETs em todo o país passaram por esse processo de transição, constituindo atualmente os chamados Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, criados pela Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Estes, por sua vez, visam ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando cidadãos críticos e capazes para atuação no mundo do trabalho; promover a integração e a verticalização do ensino médio à educação profissional e educação superior; contribuir para o fortalecimento dos planos

locais e regionais; além de desenvolver projetos de extensão e de pesquisa científica e tecnológica.

O IFG tem sede e foro em Goiânia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. Sua estrutura é *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada por Câmpus e Reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores.

A estrutura básica organizacional do IFG abrange:

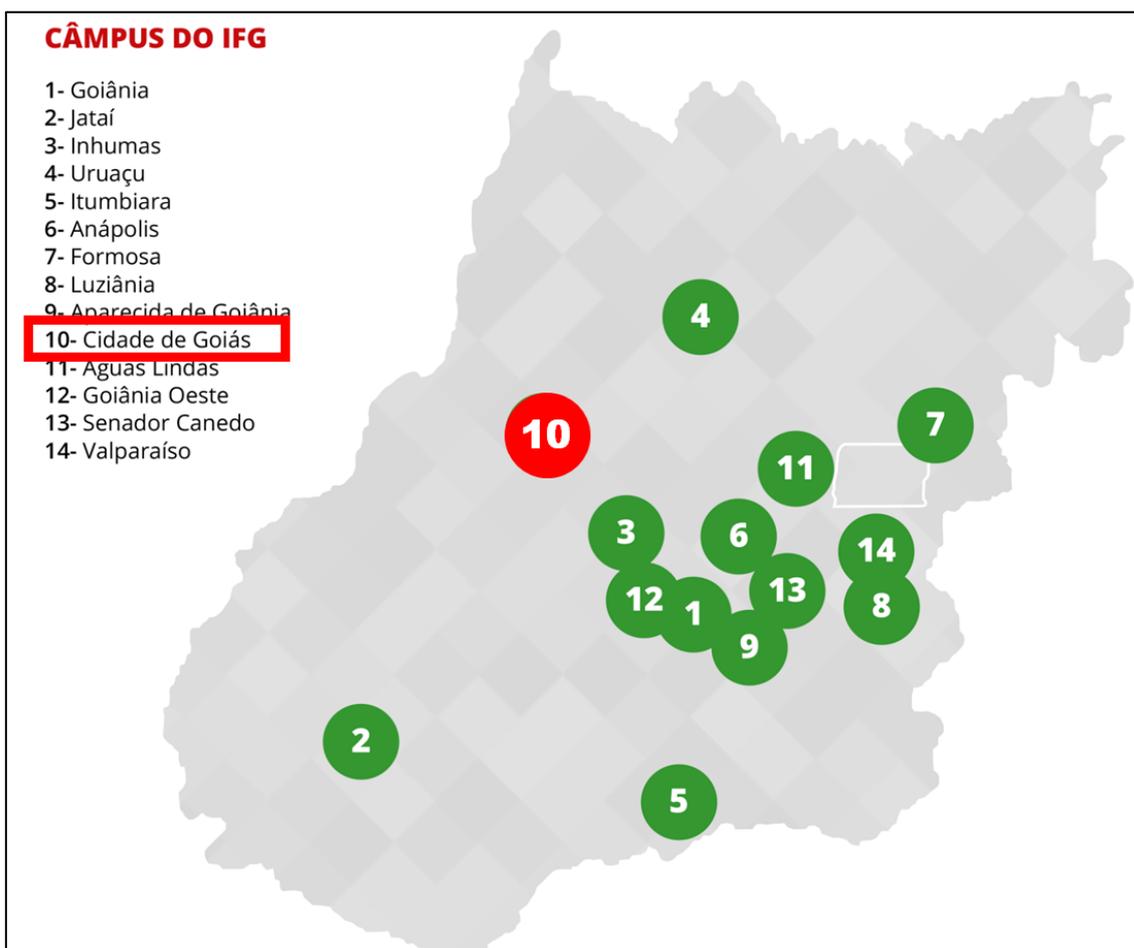
- Órgãos Colegiados: Conselho Superior, Colégio de Dirigentes, Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; Conselho de Câmpus;
- Órgão Executivo: Reitoria, composto pela Gabinete e Diretoria Executiva;
- Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração; Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional; Pró-Reitoria de Ensino; Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação; e Pró-Reitoria de Extensão.

No Câmpus Cidade de Goiás há:

- Direção-Geral;
- Gerência de Administração Acadêmica e de Apoio ao Ensino;
- Diretoria de Administração;
- Departamento de Áreas Acadêmicas Departamento;
- Gerência de Pesquisa, Pós-Graduação e Extensão;
- Coordenação de Recursos Humanos e Assistência ao Servidor;
- Coordenação de Administração da Tecnologia da Informação.

O IFG vem aumentando de forma acentuada a oferta de vagas, tanto na educação presencial quanto na educação a distância, sendo composto por uma Reitoria, localizada em Goiânia, e mais 14 *campi* localizados em todo o Estado de Goiás, a saber: Águas Lindas, Anápolis, Aparecida de Goiânia, Cidade de Goiás, Formosa, Goiânia, Goiânia Oeste, Inhumas, Itumbiara, Jataí, Luziânia, Senador Canedo, Uruaçu e Valparaíso, com distribuição geográfica conforme o mapa seguinte.

Figura 1 - Distribuição dos *campi* do IFG no estado de Goiás.



Fonte: <http://www.ifg.edu.br/campus>

1.2 Apresentação do Câmpus

O Câmpus Cidade de Goiás faz o resgate histórico da origem do IFG que foi criado como Escola de Aprendizes e Artífices, na antiga capital do estado. Das dezenove escolas de *Aprendizes e Artífices* instaladas em todo o país pelo então presidente Nilo Peçanha em 1909, apenas na Cidade de Goiás não era mantida uma unidade em funcionamento, quadro que veio a mudar no ano de 2012, quando houve a instalação do câmpus IFG nesta localidade, fruto do processo de interiorização e expansão da Rede Federal de Educação.

No mesmo ano de sua instalação iniciou-se a construção de sua sede em uma área de 50 mil m², nos quais está incluída área de preservação ambiental. O terreno está situado em uma região de colina, próximo às margens do Rio

Vermelho e às Chácaras Bauman e Sinhá Cupertino. A área para a construção do Câmpus foi doada pelo município e dimensionado para atender mil e quinhentos alunos, sendo os recursos da construção provenientes de orçamento federal.

A mudança do Quartel do XX, prédio que abrigou as atividades do Câmpus Goiás entre 2012 e junho de 2017, para a sede própria resultou no envolvimento de grandes esforços dos gestores para atender às demandas surgidas, tais como adequação de estruturas, transporte público, iluminação próxima ao IFG e calçamento das vias de acesso ao Câmpus, o que trouxe, também, a necessidade de nova articulação da gestão administrativa da Instituição em parceria com a Prefeitura Municipal de Goiás.

A instalação das atividades do IFG em seu prédio próprio também repercutiu na melhoria da qualidade das atividades ofertadas, visto que conta a partir de então de espaço físico apropriado para salas de aula, laboratórios e área de aplicação, assim como para sua estrutura administrativa.

É uma instituição pública, gratuita, de reconhecida qualidade e pioneira na oferta do ensino técnico. O ensino foi verticalizado a partir da oferta de cursos em vários níveis: médio (técnico integrado) e superior (bacharelado e licenciatura). Na Cidade de Goiás, o IFG oferece, ao todo, sete cursos, com o objetivo de qualificar profissionais para diversos setores da economia.

Atualmente são ofertados Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em tempo integral, em diferentes eixos tecnológicos:

- Infraestrutura: Técnico Integrado em Edificações;
- Produção Cultural e Design: Técnico Integrado em Produção em Áudio e Vídeo;
- Recursos Naturais: Técnico Integrado em Agroecologia.

Além de curso técnico integrado na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos):

- Artesanato (noturno).

Dois cursos superiores com habilitação em bacharelado:

- Bacharelado em Cinema e Audiovisual (matutino).
- Bacharelado em Agronomia (vespertino).

E um curso superior com habilitação em licenciatura:

- Licenciatura em Artes Visuais (noturno).

Além da oferta regular de cursos, o câmpus propõe-se a empreender atividades de ensino, pesquisa e ainda, de projetos de extensão que viabilizam o envolvimento e parceria da comunidade externa com a comunidade acadêmica, contribuindo para a dinamização do desenvolvimento científico, tecnológico e cultural do ambiente em que se insere a instituição.

Tradicionalmente, o IFG tem o ensino tecnológico associado a um ambiente de formação e de realização de ações políticas, artísticas e culturais, reafirmando sua identidade como centro formador de ideias, conhecimentos, artistas, lideranças e, principalmente, profissionais qualificados e conscientes de suas responsabilidades com a vida e com a sociedade. Para promover a interação entre teoria e prática, os estudantes têm a oportunidade de realizar visitas técnicas, estágios, participar de monitorias, além de outros projetos.

Essa unidade tem a finalidade de atender às necessidades educacionais não só do município de Goiás, mas de toda a mesorregião do Noroeste Goiano que inclui a microrregião do Rio Vermelho, de São Miguel do Araguaia e Aragarças. As políticas institucionais visam colaborar para a diminuição das desigualdades regionais por meio da oferta de cursos que atendam ao perfil socioeconômico da população, em consonância com a lógica de promoção do desenvolvimento junto à inclusão social, com participação democrática efetiva de segmentos internos e externos por meio de suas devidas representatividades.

1.3 Processos regulatórios

Com o objetivo de manter a conformidade e a qualidade da oferta dos cursos de educação superior no Brasil, o MEC/INEP, através da Portaria

Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e do Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, condiciona o funcionamento das Instituições de Ensino Superior (IES) e a oferta de cursos a processos regulatórios que são realizados a partir de avaliações externas e internas.

As avaliações externas compreendem avaliações *in loco*, relacionadas aos processos de Recredenciamento Institucional, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento de Cursos Superiores de Graduação. Nesta avaliação, o IFG recebe visitas de comissões do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) que visa avaliar a instituição e os cursos de ensino superior oferecidos. Para isso, utilizam ferramentas próprias que identificam o perfil e o significado da atuação da instituição através de suas atividades, programas, cursos, projetos e setores. Além disso, existem Indicadores de Qualidade, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), normatizado pela Lei 10.861/2004; o Conceito Preliminar de Curso (CPC) e o Índice Geral dos Cursos (IGC), conforme Portaria Normativa do MEC nº 40/2007.

As avaliações internas são constituídas por relatórios da Comissão Própria de Avaliação (CPA), cuja criação foi determinada pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O Relatório Local de Autoavaliação, elaborado pelas Comissões Locais, contempla a importância das especificidades dos *campi* e visa contribuir efetivamente para promoção de melhorias na Instituição através da disponibilização, análise e discussão dos dados obtidos durante o período de Autoavaliação Institucional realizada pela comunidade acadêmica.

1.4 Evolução e Consolidação do Processo de Autoavaliação do IFG

A Autoavaliação Institucional no IFG teve início em 2004 com a instituição da CPA, que tão logo constituída, mediante Portaria nº 313, de 12/08/2004 e alterada pela Portaria 601, de 23/11/2004, teve lugar a primeira etapa do trabalho, ou seja, a preparação da elaboração do projeto e regulamento da CPA. A partir de então, a CPA tem elaborado seus relatórios de autoavaliação, cuja principal metodologia tem sido a escuta da comunidade acadêmica, por meio da aplicação de questionários.

Um marco importante para o trabalho da CPA foi a instituição das Subcomissões Locais nos *Campi*, a partir do ano de 2015, conforme o disposto no §1º, Art. 8º, do Regulamento da Comissão Própria de Avaliação – CPA, aprovado pela Resolução nº 006, de 31 de março de 2014. Como resultado desta ação, foram formadas as subcomissões nos *campi*: Anápolis, Formosa, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Luziânia. Em 2016, Subcomissões Locais foram implantadas nos demais *campi* do IFG.

Em consonância com a legislação vigente, a CPA do IFG atua de forma autônoma e independente em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes no IFG e, para fins de suporte administrativo, a CPA é vinculada à Diretoria Executiva.

Em 2017, a CPA elaborou seu Plano de Autoavaliação Institucional, que compreende os anos de 2017 a 2019, abordando metodologias de elaboração de seus relatórios, de sensibilização da comunidade acadêmica e de meta-avaliação. O Plano prevê, ainda, a elaboração anual de relatórios de autoavaliação locais, por câmpus, cujos responsáveis pela elaboração são as subcomissões, além da elaboração do relatório de autoavaliação institucional (macro), cuja responsável pela elaboração é a CPA (central) do IFG.

No mês de novembro de 2019 foi aprovado novo regulamento da CPA (revogando a Resolução CONSUP/IFG nº 17, de 15 de outubro de 2015), onde é reafirmada a autonomia perante aos demais órgãos e Conselhos do IFG, e alterando, sobretudo, no que se refere à composição e organização das Comissões Locais (antes denominadas Subcomissões Locais de Avaliação - SLAs), aumentando o número mínimo de integrantes e determinando composição por meio de eleição (o primeiro processo eleitoral está previsto para abril de 2020).

Art. 10. As CPAs dos Câmpus terão, no mínimo, a seguinte composição:

- I. 2 (dois) representantes do segmento docente;
- II. 2 (dois) representantes do segmento técnico-administrativo;
- III. 2 (dois) representantes do segmento discente;
- IV. 2 (dois) representantes da sociedade civil organizada.

Este novo regulamento vem também para afirmar suas competências e ações e dar rumos claros ao processo avaliativo institucional, promovendo o fortalecimento da CPA e de suas respectivas comissões locais.

Art. 50 A CPA busca discutir, programar e dar continuidade à implantação da política de autoavaliação institucional, de forma a construir instrumentos de apoio que propiciem ao IFG avaliar e trabalhar os indicadores, identificando as dificuldades apresentadas pela instituição, bem como os caminhos possíveis para minimizá-las e, principalmente, superá-las.

No que se refere especificamente a esta Comissão Local, o ano de 2019 foi de grandes marcos, visto que aconteceram as avaliações de credenciamento junto ao INEP de dois dos cursos superiores oferecidos pelo câmpus (Bacharelado em Cinema e Audiovisual e Licenciatura em Artes Visuais) e, em ambos os casos, obteve-se nota cinco (conceito máximo). Com essa atuação bem avaliada, além da satisfação em confirmar que este trabalho tem sido oferecido à comunidade acadêmica de maneira eficaz, também indica caminhos a serem trilhados nas atividades da instituição.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada no processo de autoavaliação 2019 foi delineada a partir das experiências anteriores da CPA do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, diante a execução do Plano de Autoavaliação Institucional nos anos de 2017 e 2018 e suas respectivas meta-avaliações – avaliação do processo de autoavaliação culminada no Seminário de Autoavaliação.

Diante das críticas e sugestões acolhidas durante o último Seminário de Autoavaliação, realizado em junho de 2019, e no decorrer dos trabalhos da CPA, os membros da CPA central e todas as Comissões dos Câmpus trabalharam juntos no processo de reelaboração do questionário tornando-o mais objetivo, rápido sem desviar do propósito de avaliar os Eixos e Dimensões escolhidos para serem abordados na pesquisa institucional.

Os eixos e dimensões escolhidos como temas para o questionário de 2019 (Desenvolvimento Institucional, Políticas de Gestão e Infraestrutura) complementam os eixos abordados na autoavaliação de 2018 (Planejamento e Avaliação Institucional e Políticas Acadêmicas). Ainda, com o intuito de acompanhar a evolução institucional, as questões apresentadas foram retiradas da pesquisa da autoavaliação de 2017, mas com algumas alterações a partir das contribuições feitas pelo coletivo das Comissões Locais e da CPA Central.

Nas subseções que seguem, apresenta-se com mais detalhes o delineamento do estudo, apresentando os eixos e dimensões contempladas, assim como a população pesquisada, seus extratos e unidade de análises. Descreve-se, ainda, os instrumentos e técnicas de coleta dos dados utilizados, as escalas adotadas para autoavaliação e os critérios de análise considerados.

2.1 Delineamento do Estudo

O estudo abordou seis dimensões do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFG, distribuídas nos seguintes eixos avaliativos:

Eixo II - Desenvolvimento institucional:

- Dimensão I: a missão e o plano de desenvolvimento institucional.
- Dimensão III: a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Eixo IV - Políticas de Gestão

- Dimensão V: as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.
- Dimensão VI: organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Eixo V: Infraestrutura

- Dimensão VII: infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

2.2 Instrumentos e Técnicas de Coleta de Dados

O diagnóstico acerca das potencialidades e fragilidades do IFG (autoavaliação) realizado pela CPA adotou métodos e fontes diversificadas utilizando como instrumentos: análise de documentos institucionais e consulta à comunidade através de questionários elaborados pela CPA, adequados por segmentos dos Câmpus e Reitoria (docentes, discentes e técnicos-administrativos).

O principal instrumento de coleta de dados para o processo de autoavaliação institucional consistiu no questionário estruturado com perguntas objetivas, de modo a possibilitar a captação de dados quantitativos, e sucintos cujas possibilidades de respostas foram: “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim”, “péssimo” e “não sei”. Dentro do questionário também houve espaço para que os respondentes deixassem suas críticas ou sugestões para os aspectos avaliados, conferindo dados qualitativos à pesquisa.

A pesquisa de autoavaliação, na forma dos questionários, foi disponibilizado à comunidade através da página da internet <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/>, criada por colaboradores do curso de Bacharelado em Ciência da Computação do IFG Câmpus Anápolis. A consulta foi realizada no período de 23 de outubro até o dia 06 de dezembro de 2019. Os *links* de acesso foram divulgados nos meios de comunicação institucionais, como o site da Instituição, e-mail institucional, mensagens de *Whatsapp* aos grupos de turmas, boletins de notícias e materiais impressos afixados no Câmpus com *QR Codes* que direcionavam a comunidade à página da pesquisa.

É importante destacar que a resposta ao questionário se deu de forma espontânea e não obrigatória, entretanto, a Comissão Local do Câmpus Cidade de Goiás fez um trabalho intensivo de sensibilização junto à comunidade para promover conhecimento sobre o processo de avaliação institucional, garantindo participação satisfatória dos três segmentos da comunidade.

Nesse relatório apresentam-se apenas os dados do Câmpus Cidade de Goiás. Para uma visão geral de todos os dados do IFG, o relatório da CPA central e dos outros Câmpus podem ser consultados no site <http://ifg.edu.br/comissoes/cpa>. Ainda, na própria página que foi realizada a pesquisa (<http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/>), foi gerado um relatório em forma de gráficos, os mesmos que disponibilizamos em anexo a este documento.

2.3 Definição da População de Pesquisa e Composição da Amostra

A comunidade acadêmica do IFG, em seus três segmentos, é participante no processo de autoavaliação e constitui a população da pesquisa. Dessa forma, os corpos docente, discente e técnico-administrativo (TA) são consultados e incentivados a preencherem o questionário da avaliação. Para o caso do corpo discente, são considerados aqueles que estejam regularmente matriculados nos cursos superiores ofertados pelo Instituto.

Dado que a participação da comunidade acadêmica não é obrigatória, o processo de sensibilização e incentivo é de extrema importância, a fim de que haja dados significativos. Para tal fim, foram utilizadas as estratégias de fixação de cartazes informativos em locais de maior visibilidade e de divulgação em redes sociais, tanto pela Comissão Local quanto pela equipe de Comunicação Social do Câmpus, cujos modelos são apresentados nas figuras a seguir.

Figura 2 - Cartaz informativo utilizado na divulgação do processo de avaliação institucional.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)
PROCESSO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 2019
até 6 de dezembro PARTICIPE!

VOCÊ CONHECE A CPA?

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma comissão permanente constituída para conduzir os processos internos de avaliação da Instituição, gerenciando, sistematizando e coletando dados a fim de traçar possíveis caminhos para o desenvolvimento de potenciais e estratégias para a superação ou minimização das dificuldades enfrentadas pela instituição como um todo.

QUEM RESPONDE O QUESTIONÁRIO?

Todos os servidores docentes e técnicos-administrativos e discentes dos cursos superiores.

COMO RESPONDER O QUESTIONÁRIO?

Você pode acessar a página da comissão em:

ifg.edu.br/comissoes/cpa

Mas se você achar mais fácil, preparamos esse QR Code que pode ser lido pelo celular:

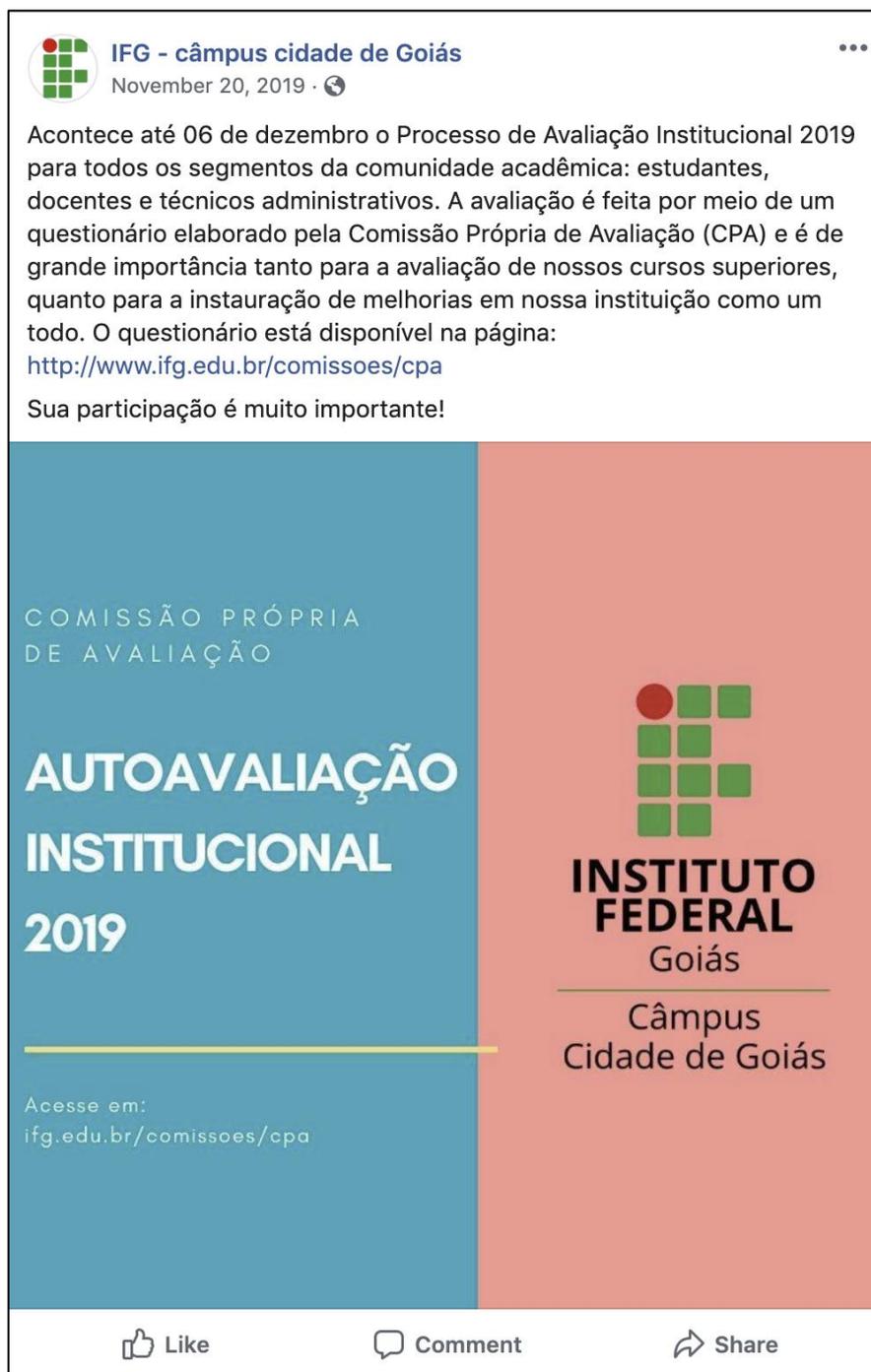
Scan Me

CONTAMOS COM O APOIO E A PARTICIPAÇÃO DE TODOS!

INSTITUTO FEDERAL Goiás
 Câmpus Cidade de Goiás

Fonte: Autores

Figura 3 - Divulgação do processo de avaliação institucional em rede social



IFG - câmpus cidade de Goiás
November 20, 2019 · 🌐

Acontece até 06 de dezembro o Processo de Avaliação Institucional 2019 para todos os segmentos da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos administrativos. A avaliação é feita por meio de um questionário elaborado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e é de grande importância tanto para a avaliação de nossos cursos superiores, quanto para a instauração de melhorias em nossa instituição como um todo. O questionário está disponível na página:
<http://www.ifg.edu.br/comissoes/cpa>
Sua participação é muito importante!

COMISSÃO PRÓPRIA
DE AVALIAÇÃO

**AUTOAVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL
2019**

Acesse em:
ifg.edu.br/comissoes/cpa

**INSTITUTO
FEDERAL**
Goiás
Câmpus
Cidade de Goiás

Like Comment Share

Fonte: Autores

Figura 4 - Arte utilizada para divulgação em rede social



Fonte: Autores

No câmpus da Cidade de Goiás, a população de membros da comunidade acadêmica foi de 240, considerada no período do segundo semestre de 2019 em virtude da época do questionário, sendo que, desse número, 58 são docentes, 148 são discentes e 34 são servidores técnico-administrativos. A amostra teve um total de 114 participantes, sendo 32 docentes, 56 discentes e 26 servidores técnico-administrativos. A Tabela 1 apresenta os dados de população e amostra e a Tabela 2 apresenta a participação de cada curso superior da categoria de discentes.

Tabela 1 - Quantitativo da comunidade acadêmica participante no questionário.

	Docentes	Discentes	TAs	TOTAL
População	58	148	34	240
Amostra	32	56	26	114
Percentual	55,17%	37,84%	76,47%	47,50%

Fonte: Autores

Tabela 2 - Quantitativo do corpo discente participante no questionário.

	Bacharelado em Agronomia	Bacharelado em Cinema e Audiovisual	Licenciatura em Artes Visuais	TOTAL
População	28	71	49	148
Amostra	23	14	19	56
Percentual	82,14%	19,72%	38,77%	37,84%

Fonte: Autores

2.4 Consulta a documentos Institucionais

A fim de consolidar a análise dos dados e resultados e a confecção do presente relatório, os seguintes documentos foram consultados:

- Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI/IFG 2019 – 2023)
- Relatório CPA 2017
- Plano de autoavaliação do IFG (2017/2 a 2019/1).
- Relatório CPA Cidade de Goiás 2018
- Relatórios de gestão do Câmpus (anos 2017 e 2018)

2.5 Escalas e Critérios de Análise

Conforme mencionado anteriormente, o questionário contou com uma escala de 6 (seis) níveis para registro das avaliações atribuídas pelos segmentos consultados, sendo: “Ótimo”, “Bom”, “Regular”, “Ruim”, “Péssimo” e “Não sei”.

Como forma de estabelecer uma metodologia de tratamento dos resultados e elaborar indicações claras aos gestores sobre os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional, buscou-se adotar uma categorização da proporção de aprovação/desaprovação obtidas em cada um dos aspectos avaliados. Tal categorização constitui-se através da proporção das respostas “Ótimo” e “Bom” assinaladas em cada eixo avaliado. Essa síntese gerou os seguintes indicativos de ação:

MANTER: quando o total dos percentuais dos itens avaliados como “Ótimo” e “Bom”, em proporção, for maior que 75%, considera-se que a questão atende os requisitos de qualidade e as ações referentes a esta questão devem ser mantidas.

DESENVOLVER: quando o total dos percentuais dos itens avaliados como “Ótimo” e “Bom”, em proporção, for de 50% a 75%, considera-se que a questão não conseguiu atingir padrão de qualidade exigido, mas pode melhorar a partir de ações pontuais.

MELHORAR: quando o total dos percentuais dos itens avaliados como “Ótimo” e “Bom”, em proporção, for de 25% a 50%, considera-se que a questão não atende os requisitos mínimos de qualidade, estando em situação crítica e merecendo atenção especial e ação rápida.

SANAR: quando o total dos percentuais dos itens avaliados como “Ótimo” e “Bom”, em proporção, for até 25%, considera-se que o indicador necessita de ações corretivas por parte da gestão em caráter de urgência.

3. DESENVOLVIMENTO: RESULTADOS, ANÁLISES E SUGESTÕES

Nesta seção estão apresentados os resultados da autoavaliação e suas análises quantitativas e qualitativas. Os gráficos utilizados para a construção das tabelas e quantificação de dados estão apresentados no Anexo A. Estes gráficos foram retirados da própria plataforma do questionário que estão disponibilizados no seguinte link <http://cpa.bcc.anapolis.ifg.edu.br/relatorio> (último acesso em 26/05/2020). As análises dos dados e documentos institucionais ofereceram elementos para subsidiar propostas de melhorias para o desenvolvimento da Instituição.

3.1 Eixo II - Desenvolvimento institucional

A seguir serão apresentadas as Dimensões I e III, assim com as tabelas com os resultados em relação às questões do questionário preenchido pelos participantes, referentes aos temas de cada dimensão.

3.1.1 Dimensão I

A missão e o plano de desenvolvimento institucional.

Segundo o documento do PDI vigente (2019-2023), a missão (função social) do IFG é “a de constituir-se e a de enraizar-se enquanto instituição pública, universal, gratuita, inclusiva, democrática, laica e qualitativamente referenciada, estruturada na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e na formação integrada, bem como nos princípios da territorialidade e da verticalização como forma de responder às demandas dos arranjos produtivos e socioculturais locais e regionais”. Desse modo, a instituição tem sido diferencial na Cidade de Goiás e seus arredores (cidades vizinhas e assentamentos rurais) na democratização e oferta de acesso à educação em nos níveis de ensino médio técnico-integrado em tempo integral, ensino superior e Educação de Jovens e Adultos, além da oferta de projetos de extensão que atendem à comunidade local.

Considerando o conhecimento da função social, tem-se um resultado satisfatório, indicando que tal resultado deve ser mantido. No segmento docente, a aprovação foi de 93,7%; no segmento discente foi de 64,3%; e no segmento técnico-administrativo, a aprovação foi de 84,6%. Considerando o questionário de 2017, houve uma queda na indicação dos discentes, que naquele momento foi de MANTER, enquanto neste momento, a indicação foi de DESENVOLVER. A maior parte dos servidores (técnicos-administrativos e docentes) classificou o conhecimento como “ótimo” ou “bom”, enquanto uma parte dos discentes classificou o seu conhecimento “regular” ou inferior, chegando a ao conceito de DESENVOLVER, como indica a Tabela 3.

Tabela 3 - "O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	13	17	2	0	0	0	Manter
		40,6%	53,1%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	
Discente	56	12	24	16	2	1	1	Desenvolver
		21,4%	42,9%	28,6%	3,6%	1,8%	1,8%	
Técnicos Administrativos	26	9	13	4	0	0	0	Manter
		34,6%	50,0%	15,4%	0,0%	0,0%	0,0%	
Total do Campus	114	Aprovação		77,2%	Indicação da CPA		Manter	

Fonte: Autores

Assim, um trabalho de divulgação e explanação da missão institucional com os discentes poderia ser feito a fim de que eles se familiarizem com o conceito e possam dar contribuições e possam sentir que a instituição a qual pertencem corrobora com princípios de responsabilidade social.

SUGESTÃO DA CPA:

- Fazer emergir, de forma prática e visível, a função social do IFG criando atividades que possam garantir o acesso e participação na educação democrática, de qualidade e gratuita, visando a inclusão e a diversidade.

Ainda na dimensão I, os participantes foram questionados sobre o conhecimento do PDI (Tabela 4), que está em nova vigência desde 2019. No segmento de docentes, a indicação é de DESENVOLVER (59,4%), enquanto no segmento de discentes (39,3%) e técnicos (46,1%) é de MELHORAR. A indicação da CPA, nesta questão foi de MELHORAR, com aprovação de 46,5%.

Tabela 4 - "O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	7	12	9	2	2	0	Desenvolver
		21,9%	37,5%	28,1%	6,3%	6,3%	0,0%	
Discente	56	6	16	18	5	1	10	Melhorar
		10,7%	28,6%	32,1%	8,9%	1,8%	17,9%	
Técnicos Administrativos	26	1	11	10	2	0	2	Melhorar
		3,8%	42,3%	38,5%	7,7%	0,0%	7,7%	
Total do Campus	114	Aprovação		46,5%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

Portanto, a instituição deve trabalhar para que o conhecimento do documento, pelo menos em aspectos gerais, alcance os servidores e estudantes, criando diálogos que possam gerar discussões construtivas a respeito do papel do IFG. O PDI é de extrema importância pois norteia o IFG em todos os aspectos, buscando melhorias e avanços.

A seguir, os objetivos do atual PDI são apresentados:

1. ministrar educação profissional técnica de nível médio na forma de cursos integrados, na proporção de, no mínimo, 50% das vagas por Câmpus, sendo prioritariamente em tempo integral, garantindo-se para a EJA a forma integrada e com oferta em todos os Câmpus;
2. oferecer, conforme as diretrizes institucionais estabelecidas, cursos subseqüente (técnicos) que atendam à demanda regional identificada por meio das parcerias com instituições de educação públicas e com organizações da sociedade civil do mundo do trabalho;
3. ministrar cursos de formação inicial e continuada para trabalhadoras/es do campo, da cidade e dos povos e comunidades tradicionais, objetivando tanto a formação quanto a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;
4. realizar pesquisas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas, tecnológicas e culturais para as questões levantadas estendendo seus benefícios à comunidade e garantindo autonomia institucional naquilo que diz respeito aos processos de decisão de uso e de difusão dos conhecimentos produzidos;
5. desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais;
6. estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;
7. ministrar em nível de educação superior:
 - a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho;
 - b) cursos de licenciatura nas diversas áreas do conhecimento, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professoras/es para a educação básica e para a educação profissional, ofertando, no mínimo, 20% de suas vagas por Câmpus, salvo os casos excepcionais analisados e aprovados pelos órgãos colegiados – Concâmpus e Conepex e autorizados pelo Consup;

- c) cursos de bacharelado, visando a formação de profissionais para os diferentes setores da economia do mundo do trabalho e da sociedade e áreas do conhecimento;
 - d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e de especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento;
 - e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica, sociocultural, de formação docente e de desenvolvimento humano;
8. estabelecer políticas de inclusão e acessibilidade, com a criação dos núcleos de acessibilidade, inclusão, atendimento e de estudos temáticos em todos os Câmpus;
 9. efetivar um espaço educacional democrático que assegure a participação de todas as pessoas, garantindo a representatividade e a permanência das minorias identitárias, sócio raciais, culturais, étnicas, de gênero e sexualidades;
 10. manter constante diálogo com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais por meio da institucionalização de projetos de ensino, de pesquisa e de extensão, com o objetivo de formar pessoas aliadas às comunidades no desenvolvimento da ciência e da tecnologia em prol da emancipação social;
 11. promover diálogos com a comunidade externa, garantindo a gestão democrática e a participação e a representação da comunidade interna;
 12. incentivar a preservação do patrimônio sociocultural da região de influência de cada Campus bem como promover o respeito às manifestações culturais;
 13. ofertar e facilitar a formação e capacitação contínua das/os servidoras/es;
 14. consolidar o Centro de Inovação Tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (CITE) na Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, tendo em vista a integração da Instituição no Sistema Nacional de Desenvolvimento e Inovação Tecnológica, promovendo maior integração nos Câmpus;
 15. gerir, organizar e fortalecer as ações de parceria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, integrando as ações relacionadas à inovação e pesquisas tecnológicas, divulgando

estas parcerias de forma a fomentar o desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão nos diversos Câmpus.

SUGESTÃO DA CPA:

- Divulgar, por meio de e-mails, redes sociais, cartazes, cartilhas e outras mídias físicas ou digitais, aspectos do Plano de Desenvolvimento Institucional 2019/2023, a fim de que a comunidade do IFG – Câmpus Cidade de Goiás se familiarize e tenha contato com o documento que norteia a instituição e que expõe os planos, objetivos e metas, criando uma consciência coletiva de que o Instituto caminha e aponta na direção correta.
- Publicidade do acompanhamento e desenvolvimento das ações com vistas ao cumprimento das metas do IFG, realizando pesquisas ao longo do ano para identificar possíveis demandas.

3.1.2 Dimensão III

A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

A oferta de diferentes cursos no IFG – Câmpus Cidade de Goiás contribui significativamente nos aspectos sociais da região. Oferece oportunidades de educação e inclusão a jovens e adultos da comunidade, tornando-se referência na localidade, além de propor e executar projetos que dialogam diretamente com a população. Além disso, o IFG se preocupa com diversos aspectos que se inter-relacionam como o meio ambiente, a memória e patrimônio cultural e produção artística.

Dentro da dimensão III, o questionário apresentou 4 (quatro) questões. Em relação à diversidade (Tabela 5), a maioria dos participantes do questionário assinalou que “o respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é” “ótimo” ou “bom”, tendo uma

aprovação de 89,5% e a indicação de MANTER. Ainda assim, uma pequena parcela entre discentes e técnicos-administrativos assinalou que é “regular”, “ruim” ou “péssimo”, portanto, tais deficiências ainda devem ser encontradas e sanadas, pois é dever e responsabilidade do IFG garantir o respeito às diferenças e que nenhum tipo de preconceito ou discriminação seja tolerado.

Tabela 5 - "O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	14	17	0	0	1	0	Manter
		43,8%	53,1%	0,0%	0,0%	3,1%	0,0%	
Discente	56	31	19	4	1	1	0	Manter
		55,4%	33,9%	7,1%	1,8%	1,8%	0,0%	
Técnicos Administrativos	26	4	17	3	2	0	0	Manter
		15,4%	65,4%	11,5%	7,7%	0,0%	0,0%	
Total do Campus	114	Aprovação		89,5%	Indicação da CPA		Manter	

Fonte: Autores

SUGESTÕES DA CPA:

- A busca pela superação do preconceito e discriminação deve ser diária e constante. Dessa forma, os servidores do IFG devem estar sempre atentos a quaisquer sinais de violência física ou psicológica, assim como o *bullying* para que o respeito às diferenças seja garantido.
- Atividades de socialização, projetos culturais e incentivo à produção de exercícios artísticos podem ser utilizados para superar barreiras e promover um ambiente de tolerância e respeito.
- Garantir a manutenção das disciplinas e conteúdos sobre a diversidade étnico-racial, de gênero e sexualidade, com base na diversidade religiosa

e política, em razão da necessidade de valorização da composição populacional brasileira e suas formas de produção de saberes e de atendimento ao que estabelecem as leis 10.639/03 e 11.645/08, nas matrizes curriculares dos cursos do IFG.

- Institucionalização das datas de luta nos calendários acadêmicos, dos grupos historicamente discriminados (negros, indígenas, ciganos) bem como garantindo os conteúdos e debates sobre diversidade.
- Garantir a realização anual de eventos científico-culturais que promovam o aprofundamento do conhecimento sobre a diversidade étnico-racial, de gênero, sexualidade, religiosa e política do Brasil como, por exemplo, o “Encontro de Culturas Negras”, atendendo o que estabelecem as leis 10.639/03 e 11.645/08.
- Garantir a elaboração periódica de cartilhas, cartazes e outras mídias com orientações e campanhas de prevenção a práticas racistas e discriminatórias, especificando os procedimentos institucionais e devidos encaminhamentos a serem dados. Importância na atuação da prevenção de diferentes formas de discriminação e conscientização da comunidade acadêmica. Além disso, levar ao conhecimento da comunidade acadêmica os corretos mecanismos de registros e/ou denúncias de situações de discriminação.

Sobre “o incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG” o questionário indicou que dentre os segmentos, percebe-se que uma pequena quantidade de participantes classificou esse incentivo como “ótimo”. Individualmente, os docentes indicaram uma aprovação desse tema de 53,2% (DESENVOLVER), os discentes, de 75% (DESENVOLVER) e os técnicos-administrativos, de 50% (MELHORAR). A classificação se concentrou no nível “bom”, além de considerável quantidade nos níveis “regular”, “ruim” e “péssimo”. A aprovação geral foi de 63,2% (Tabela 6), portanto, categorizado como DESENVOLVER no indicativo de ação da CPA.

Tabela 6 - "O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	3	14	9	3	3	0	Desenvolver
		9,4%	43,8%	28,1%	9,4%	9,4%	0,0%	
Discente	56	16	26	7	5	2	0	Desenvolver
		28,6%	46,4%	12,5%	8,9%	3,6%	0,0%	
Técnicos Administrativos	26	0	13	10	2	0	1	Melhorar
		0,0%	50,0%	38,5%	7,7%	0,0%	3,8%	
Total do Campus	114	Aprovação		63,2%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

O IFG deve se inserir ativamente no desenvolvimento científico e tecnológico. Dessa forma, ações carecem de atenção para que a instituição continue agindo nessa direção, desenvolvendo projetos e condutas com intenção de atingir o objetivo. Vale observar que o orçamento é crucial dentro deste ponto, visto que devem existir recursos para a aquisição de equipamentos e/ou insumos e/ou contratação de prestação de serviços na aplicação dos projetos e ações. Portanto, o câmpus e gestão necessitam estar atentos para que possibilidades e oportunidades sejam criadas nessa área. Como visto anteriormente, o quinto objetivo proposto no PDI vigente é “desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e com os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos, tecnológicos, ambientais e culturais”.

Alguns apontamentos dados pelos respondentes na área de críticas ou sugestões:

- “Infelizmente, há reduzido apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, sobretudo no quesito recursos. Atualmente, é praticamente impossível desenvolver ações sem quaisquer recursos.(...)”
- “(...)Falta pesquisa e também extensão.(...)”

SUGESTÕES DA CPA:

- Garantir que recursos suficientes sejam alcançados para a promoção da pesquisa e garantia de ampliação das bolsas.
- Definição de políticas de prioridades com diretrizes locais para direcionamento de pesquisa e extensão.

Ainda na dimensão de Responsabilidade Social, o questionário apresentou uma questão sobre a política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG. Os resultados são apresentados na Tabela 7 e houve uma aprovação geral de 53,5%, indicando a ação de DESENVOLVER. De acordo com os discentes participantes, a indicação é de DESENVOLVER (66,1%), enquanto que para os docentes (37,5%) e técnicos-administrativos (46,1%), a indicação é de MELHORAR. Logo, é notável que se encontra uma certa deficiência nesse aspecto.

Tabela 7 - "A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	0	12	13	4	1	2	Melhorar
		0,0%	37,5%	40,6%	12,5%	3,1%	6,3%	
Discente	56	15	22	11	4	3	1	Desenvolver
		26,8%	39,3%	19,6%	7,1%	5,4%	1,8%	
Técnicos Administrativos	26	1	11	7	6	0	1	Melhorar
		3,8%	42,3%	26,9%	23,1%	0,0%	3,8%	
Total do Campus	114	Aprovação		53,5%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) é a instância que se responsabiliza pelo desenvolvimento de ações voltadas à inclusão e acessibilidade do público com necessidades específicas. Uma das ações de dentro do campo de Ensino para essa área, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023 é “criar um Programa de Apoio Pedagógico destinado a estudantes com dificuldades de aprendizagem e necessidades educativas específicas, composto por uma equipe multidisciplinar”, além de “garantir a capacitação e formação continuada dos servidores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás para atendimento aos membros da comunidade acadêmica com deficiências e/ou necessidades educacionais específicas”.

Um participante do questionário comentou:

- “Sugiro que tenhamos espaço para avaliar os itens avaliados no quesito efetividade, uma vez que reconheço que "no papel", questões como a acessibilidade e política de inclusão de pessoas com necessidades

educacionais específicas no IFG é até bem amparada, no entanto em prática, no dia a dia dos campus o desafio ainda é beeeem grande.”

SUGESTÕES DA CPA:

- Fortalecimento da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE) e do NAPNE do Câmpus Cidade de Goiás a fim de que hajam melhorias nas condições estruturais, humanas (mais psicólogos e assistentes sociais) e materiais. Elaboração de políticas de atendimento específico e diferenciado a esse público alvo, garantindo as metas do PDI.
- Garantir formação e capacitação de servidores para atendimento ao público com necessidades específicas.

A instituição também exerce ações voltadas à preservação do meio ambiente por meio dos braços do ensino, pesquisa, extensão e administração. Dessa forma, o tema foi abordado em uma das questões do questionário 2019 e teve aprovação geral de 58,8% (Tabela 8), com uma indicação da CPA de DESENVOLVER. Nos segmentos docente (56,6%) e discente (66,1%), a indicação é de DESENVOLVER e no segmento técnico-administrativo (46,1%), a indicação é de MELHORAR. Conclui-se que uma atenção deve ser dada a tal aspecto, com o objetivo de que haja melhorias e avanços em políticas e ações de preservação do meio ambiente.

Tabela 8 - "O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	3	15	10	1	0	3	Desenvolver
		9,4%	46,9%	31,3%	3,1%	0,0%	9,4%	
Discente	56	15	22	16	0	1	2	Desenvolver
		26,8%	39,3%	28,6%	0,0%	1,8%	3,6%	
Técnicos Administrativos	26	3	9	11	2	1	0	Melhorar
		11,5%	34,6%	42,3%	7,7%	3,8%	0,0%	
Total do Campus	114	Aprovação		58,8%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

A localidade da Cidade de Goiás é privilegiada por ter a Serra Dourada em seus arredores, além de ser cortado pelo Rio Vermelho e possuir áreas de preservação do cerrado. Há ainda as áreas rurais que exercem agricultura familiar, participantes ativos no comércio local. O câmpus possui os cursos superior de Agronomia e técnico-integrado de nível médio em Agroecologia, que fazem parte do campo de gestão ambiental e da área de ciências agrárias. Ambos os cursos abarcam as realidades locais, se preocupando com o meio ambiente, divulgando e adotando métodos sustentáveis para os processos agropecuários que são de grande utilidade para as comunidades rurais citadas.

Uma sugestão que se obteve na pesquisa para este tema foi:

- "(...)retirar o plástico desnecessário do refeitório: os talheres vem embalados em sacos plástico o que é desnecessário e uso de copos descartáveis de plástico. O plástico é um dos mais poluentes do meio ambiente, e no campus não tem a necessidade de uso disso."

SUGESTÕES DA CPA:

- Desenvolver atividades que dialoguem com ações de conscientização para a preservação do meio ambiente, construindo campanhas em parceria com o Restaurante Estudantil com temas sobre sustentabilidade, diminuição do desperdício de comida e substituição da utilização de plásticos descartáveis, como a distribuição de copos reutilizáveis (acrílico) e incentivo ao uso de garrafas d'água.
- Conscientizar e incentivar a prática de separação de lixo por categorias, dando a possibilidade de utilização de lixo orgânico para compostagem, por exemplo.
- Propor maior quantidade de cestos de lixo espalhados pelo câmpus.

3.2 Eixo IV - Políticas de Gestão

A seguir serão apresentadas as Dimensões V e VI, assim com as tabelas com os resultados em relação às questões do questionário preenchido pelos participantes, referentes aos temas de cada dimensão.

3.2.1 Dimensão V

As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Dentro disso foram realizadas as perguntas apontadas nas tabelas 9, 10, 11 e 12. Seguem as análises.

A Tabela 9 apresenta os resultados em relação à política de gestão de pessoas no IFG. A questão foi direcionada tanto para servidores docentes, quanto técnicos-administrativos. O primeiro grupo, em sua maioria (59,4%), considera a gestão de pessoas como “ótimo” ou “bom”, resultando na indicação de DESENVOLVER. Já no segmento técnico-administrativo (46,2%), a indicação

foi de MELHORAR. No geral, a aprovação foi de 53,4%, categorizando a questão como DESENVOLVER.

Tabela 9 - "A política de gestão de pessoas no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	3	16	8	4	0	1	Desenvolver
		9,4%	50,0%	25,0%	12,5%	0,0%	3,1%	
Técnicos Administrativos	26	2	10	9	4	1	0	Melhorar
		7,7%	38,5%	34,6%	15,4%	3,8%	0,0%	
Total do Campus	58	Aprovação		53,4%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

SUGESTÃO DA CPA:

- Realizar pesquisa específica (CPA em conjunto com gestão) sobre o tema para que os servidores possam fazer os apontamentos sobre o que pode ser melhorado e desenvolvido a respeito da gestão de pessoas.

Na Tabela 10, a questão é direcionada exclusivamente ao corpo técnico-administrativo. Vinte e seis servidores da categoria responderam à questão. Dentre estes, uma quantidade considerável (34,6%) desconhece a atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) e responderam "não sei". As opções "regular" e "ruim", juntas, também tiveram o mesmo percentual. O total de aprovação ("ótimo" e "bom") foi de 30,7%, o que indica que o segmento deve MELHORAR. Em comparativo com a autoavaliação de 2017, o segmento apresentou evolução, visto que, naquele momento, o segmento apresentou a indicação de SANAR.

Tabela 10 - "A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Técnicos Administrativos	26	1	7	7	2	0	9	Melhorar
		3,8%	26,9%	26,9%	7,7%	0,0%	34,6%	
Total do Campus	26	Aprovação		30,7%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

SUGESTÃO DA CPA:

- A CIS deve ser mais divulgada, tornando-se mais presente entre os servidores por ela representados, para que estes conheçam sua atuação. Isso pode ocorrer por meio de reuniões e/ou divulgações pelos meios digitais.

Ainda no mesmo segmento, os servidores foram questionados quanto à política de capacitação, como mostra a Tabela 11 abaixo.

Tabela 11 - "A política de capacitação para os servidores técnico-administrativos no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Técnicos Administrativos	26	1	5	13	6	1	0	Sanar
		3,8%	19,2%	50,0%	23,1%	3,8%	0,0%	
Total do Campus	26	Aprovação		23,1%	Indicação da CPA		Sanar	

Fonte: Autores

A metade dos respondentes considera a política de capacitação da instituição "regular" (50,0%), seguido por 26,9% que consideram a mesma "ruim"

ou “péssimo”. O índice de aprovação do segmento é de apenas 23,1%, o que indica que a situação deva ser SANADA.

SUGESTÃO DA CPA:

- Elaborar um plano de capacitação para técnicos-administrativos de acordo com as demandas do câmpus.

Nesta dimensão, houve apenas uma questão para o segmento docente, apresentada na Tabela 12.

Tabela 12 - "A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	5	14	4	1	0	8	Desenvolver
		15,6%	43,8%	12,5%	3,1%	0,0%	25,0%	
Total do Câmpus	32	Aprovação		59,4%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

Neste segmento a aprovação foi de 59,4%, o que indica a necessidade de DESENVOLVER. Aqui, cabe destacar a quantidade de docentes que responderam “não sei” sobre a atuação da CPPD, com um percentual de 25%. No ciclo avaliativo de 2017 o segmento foi avaliado como MELHORAR, indicando que de fato houve uma melhora.

SUGESTÃO DA CPA:

- Ampliar a divulgação das competências da CPPD, assim como a de quaisquer outras comissões permanentes.

3.2.2. Dimensão VI

Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

Nesta dimensão foi feita uma mesma questão aos docentes, discentes e técnicos-administrativos, como mostra a Tabela 13 abaixo.

Tabela 13 - "A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	14	16	2	0	0	0	Manter
		43,8%	50,0%	6,3%	0,0%	0,0%	0,0%	
Discente	56	10	27	12	2	3	2	Desenvolver
		17,9%	48,2%	21,4%	3,6%	5,4%	3,6%	
Técnicos Administrativos	26	2	13	7	1	1	2	Desenvolver
		7,7%	50,0%	26,9%	3,8%	3,8%	7,7%	
Total do Campus	114	Aprovação		71,9%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

O segmento docente considera em sua maioria "ótimo" ou "bom", com 93,8% de aprovação. A indicação deste segmento, então, é de MANTER. Tanto o segmento técnico-administrativo, quanto o discente, apontaram o indicativo de DESENVOLVER. O primeiro grupo, com 57,7% de aprovação, e o segundo com 66,1%. A indicação geral da CPA, com aprovação de 71,9%, foi de DESENVOLVER.

No ciclo avaliativo de 2017 a mesma questão foi feita e os indicativos dos segmentos foram: Docentes – DESENVOLVER, Discentes – DESENVOLVER,

Técnicos-administrativos – MELHORAR. Logo, percebe-se uma evolução nessa questão.

SUGESTÃO DA CPA:

- Garantir e reforçar a participação dos discentes na tomada de decisões nos colegiados do IFG.

3.3 Eixo V – Infraestrutura

O Eixo V contempla apenas a dimensão VII que avalia a infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

3.3.1 Dimensão VII

Infraestrutura física, especialmente a de ensino de pesquisa e de extensão, biblioteca, recursos de informação e comunicação.

O questionário da avaliação de 2019, no que diz respeito à infraestrutura física abordou os seguintes aspectos: salas de aulas, acessibilidade, espaços de convivência, laboratórios e biblioteca. Foram apresentadas oito questões referentes a esses assuntos, que serão descritas a seguir, apresentando os resultados na perspectiva da comunidade acadêmica, através das tabelas apresentadas e análise pelos parâmetros da CPA.

3.3.1.1 Salas de aula

No segmento docente apenas 12,5% avalia como “bom” ou “ótimo”, indicando por SANAR. Já na avaliação dos discentes, o percentual de aprovação é de 39,3%, gerando indicação de MELHORAR, repetindo o diagnóstico da Avaliação de 2017. Considerando a totalidade dos que responderam à questão no câmpus, a aprovação foi de 29,5%, indicando MELHORAR.

Tabela 14 - "As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	1	3	17	7	4	0	Sanar
		3,1%	9,4%	53,1%	21,9%	12,5%	0,0%	
Discente	56	6	16	20	9	5	0	Melhorar
		10,7%	28,6%	35,7%	16,1%	8,9%	0,0%	
Total do Campus	88	Aprovação		29,5%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

A posição da CPA local é propor uma pesquisa interna para colher dados com mais rigor de detalhes, na busca de necessidades específicas, quanto esta indicação por melhorar as condições das salas de aula, que se manteve de 2017 a 2019.

Algumas sugestões/críticas foram feitas pelos respondentes, com relação a esse tema:

- “Em uma cidade como Goiás, a ausência de ar-condicionado em sala de aula é um fato gravíssimo, gerando um ambiente altamente insalubre e comprometendo gravemente questões didáticas, pedagógicas, de saúde física e mental.”
- “Precisamos de Ar Condicionado!”
- “Melhoria da condição das salas de aula: ar condicionado, já que o calor de goiás é insuportável;(…)”
- “(...) ar condicionado nas salas de aula; mudar o turno do curso para noturno”
- “O acesso à internet ainda é muito escasso. Dificultando as atividades que precisam que o aluno acesse e realize atividades através da internet pelos Smartphones em sala de aula. Alguns espaços do campus não há sinal disponível. As salas de aula são boas em termos de dimensões e aberturas. Há uma boa iluminação, mas devido as altas temperaturas na

cidade, há a necessidade de climatização nas salas de aulas com urgência. Apenas algumas salas de aulas há equipamentos multimídia como projetor e painel para a projeção. Há lousas digitais, mas algumas por mal manuseio estão com defeito.(...)”

- “A estrutura é péssima, chegando às raias do deplorável. Não há salas e bibliotecas climatizadas. O Câmpus Cidade Goiás é o mais quente do IFG e não há climatização nas salas. Docentes e discentes passam mal com o calor.”
- “Precisamos de ar condicionado nas salas de aula, e verba para montar alguns itens como as maquinas de costuras q recebemos e montamos com ajuda de colegas de sala (alunos).”
- “No Câmpus Cidade de Goiás necessitamos de melhor adequação das salas de aulas em relação: a climatização (ar condicionado), a iluminação (cortinas para as janelas) e aos recursos didáticos (data show, notebooks)”
- “Acredito que um ponto importantes devem ser destacados no que tange "As condições das salas de aula". É de conhecimento comum entre os docentes que é necessária a compra de mais data show, em vista da disputa que é pra conseguir um aparelho para utilização na sua aula com apresentação de slides.”

SUGESTÕES DA CPA:

- Climatização das salas de aulas com ventiladores, umidificadores e aparelhos de ar-condicionado.
- Desenvolver projetos de climatização e ambientação complementares aos aparelhos eletrônicos, como: arborização (árvores de grande porte); uso de lâmpadas “frias” como lâmpadas de LED; instalação de cortinas; ações educativas diversas, como quanto ao uso individual de garrafas d’água para hidratação, por exemplo.
- Viabilizar vestiários com duchas para os discentes utilizarem após as atividades físicas ou para se refrescarem.
- Ao alterar/elaborar os projetos pedagógicos dos cursos e os calendários acadêmicos anuais, considerar as temporadas mais quentes e secas do ano na cidade de Goiás e possibilitar nesse período aulas

semipresenciais, com encontros apenas nos turnos menos calorentos (matutino e noturno).

- Realizar manutenção nos equipamentos audiovisuais existentes.
- Adquirir *notebooks*, cabos de áudio e HDMI, extensões de rede elétrica.
- Adquirir e fixar nas salas de aulas equipamentos multimídia (como *Datashow* e caixas de som).
- Garantir que a conexão à internet chegue em todas as salas de aula e laboratórios.

3.3.1.2 Espaços de Convivência

As tabelas 15 e 16 indicam a opinião dos discentes e servidores do câmpus (docentes e técnicos-administrativos) quanto aos seus respectivos espaços de convivência.

Quanto aos discentes verifica-se uma aprovação de 33,4%, indicando MELHORAR, porém, a amostra foi pouco representativa com as respostas de apenas 6 estudantes a esta questão.

Tabela 15 - "As áreas de convivência para os estudantes no IFG são:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Discente	6	1	1	4	0	0	0	Melhorar
		16,7%	16,7%	66,7%	0,0%	0,0%	0,0%	
Total do Campus	6	Aprovação		33,3%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

Já para os servidores, houve uma diferença considerável entre a opinião dos docentes e técnicos-administrativos quanto às suas áreas de convivência no câmpus, como mostra a Tabela 16. Apenas 12,5% dos professores consideram

as áreas boas, sendo indicado SANAR a questão, enquanto 53,9% dos técnicos consideram seus espaços de convivência ótimos ou bons, o qual indica DESENVOLVER. De acordo com a totalidade dos dois segmentos, 31% dos servidores aprovaram as áreas de convivência, tendo como indicador geral MELHORAR.

Tabela 16 - "As áreas de convivência para os servidores no IFG são:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	0	4	12	11	5	0	Sanar
		0,0%	12,5%	37,5%	34,4%	15,6%	0,0%	
Técnicos Administrativos	26	2	12	7	4	0	0	Desenvolver
		7,7%	46,2%	26,9%	15,4%	0,0%	0,0%	
Total do Campus	58	Aprovação		31,0%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

SUGESTÕES DA CPA:

- Criar espaços de convivência internos e externos (ao ar livre) para os estudantes na área do câmpus.
- Criar espaços arborizados nos jardins para criar sombras.
- Criar espaços de convivência apropriados para os servidores.

3.3.1.3 Acessibilidade física

“A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é” ótima ou boa para 66% dos discentes. Entretanto, para os docentes e técnicos-administrativos essa aprovação contabiliza apenas 40,6% e 30,7%, respectivamente, tendo como indicação MELHORAR. Considerando a totalidade dos segmentos (50,9%), a indicação é DESENVOLVER, conforme mostra a Tabela 17.

Tabela 17 - "A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	0	13	10	6	3	0	Melhorar
		0,0%	40,6%	31,3%	18,8%	9,4%	0,0%	
Discente	56	11	26	8	7	4	0	Desenvolver
		19,6%	46,4%	14,3%	12,5%	7,1%	0,0%	
Técnicos Administrativos	26	1	7	11	5	1	1	Melhorar
		3,8%	26,9%	42,3%	19,2%	3,8%	3,8%	
Total do Campus	114	Aprovação		50,9%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

Em comparação com os resultados da avaliação de 2017, que teve aprovação de 44,6% para esse item, houve uma melhora. Mas a comunidade ainda apresenta demandas com relação à acessibilidade. Citamos algumas opiniões:

- “A acessibilidade precisa ser melhorada tanto para quem é cadeirante quanto pra quem é cego ou surdo.”
- “Sugiro que tenhamos espaço para avaliar os itens avaliados no quesito efetividade, uma vez que reconheço que "no papel", questões como a acessibilidade e política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é até bem amparada, no entanto em prática, no dia a dia dos campus o desafio ainda é beeeem grande.”
- “No que tange ao acesso e mobilidade, até o momento, a estrutura predial pouco viabiliza a inserção de pessoas com deficiência. Outrossim, e para além disso, há a questão da não contratação, em muitos casos, de profissionais que auxiliem esses sujeitos no cotidiano acadêmico.”

Aqui, ressalta-se mais uma vez, o importante trabalho do NAPNE junto aos gestores. Ainda, é importante destacar que as ações relacionadas à

acessibilidade são prioridades da instituição no que descreve o PDI com vigência 2019 a 2023:

1. construir a Política Institucional de Acessibilidade com vistas a atender às pessoas com deficiências e às pessoas com necessidades educacionais específicas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, considerando a legislação vigente, em especial as normas brasileiras que tratam do tema;
2. garantir, para toda a comunidade acadêmica, infraestrutura física, investindo em tecnologias para acessibilidade e em recursos pedagógicos que auxiliem na formação de alunos com necessidades educacionais específicas e estudantes com deficiências;
3. dotar e manter todos os Câmpus com os seguintes equipamentos de acessibilidade:
 - a. rampas de acesso às dependências dos Câmpus com corrimãos adequados aos usuários de cadeira de rodas;
 - b. sanitários apropriados para alunos com necessidades específicas com barras de apoio nas paredes;
 - c. vagas destinadas para veículos de pessoas com deficiência;
 - d. lavabos e bebedouros em altura acessível a usuários de cadeira de rodas;
 - e. portas com espaços físicos suficientes para a circulação de cadeira de rodas nos locais de acesso dos alunos;
 - f. bibliotecas com instalações e obras adequadas aos alunos com necessidades específicas (audiovisuais, motoras e auditivas).

3.3.1.4 Laboratórios

Os laboratórios didáticos necessários para os cursos do câmpus, considerando a estrutura e insumos, foram avaliados apenas pelos segmentos docente e discente, indicando que devem ser melhorados. Na avaliação dos discentes, 50% responderam à questão como “bom” ou “ótimo”; já para os docentes, apenas 12,5% responderam “bom”, conforme a tabela 18.

Tabela 18 - "A forma como os laboratórios didáticos, necessários para o seu curso, atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	0	4	14	8	5	1	Sanar
		0,0%	12,5%	43,8%	25,0%	15,6%	3,1%	
Discente	56	8	20	14	12	2	0	Melhorar
		14,3%	35,7%	25,0%	21,4%	3,6%	0,0%	
Total do Campus	88	Aprovação		36,4%	Indicação da CPA		Melhorar	

Fonte: Autores

Alguns participantes da pesquisa enfatizaram essa demanda por melhorias dos laboratórios:

- “Precisa se de coisas mínimas para o desenvolvimento do aluno e do curso como ar condicionado nas salas devido ao calor, cortina por conta da claridade, quadro maiores e os laboratórios insumos e reagentes básicos para que possa ter aula prática mais bem desenvolvida e aplicada.”
- “Os nossos laboratórios funcionam mal, nossos equipamentos estragam e nunca são consertados. Fazemos cinema de resistência, com pouco recurso e muita gambiarra.”
- “A respeito dos laboratórios, notadamente para o curso de bacharelado em Agronomia, não há condições de emprego destes para a realização de aulas eficientes, pois que faltam desde o mínimo de estrutura, como tomadas para ligar microscópios, como de estruturas maiores, como o caso de kits didáticos para o ensino das disciplinas relacionadas a área da zootecnia.(...) Para a ocasião, e tendo em vista que parcela expressiva de minhas colocações são subsidiadas pela escassez de recursos, não encontro estratégias cabíveis de serem tomadas que não a liberação de verbas ara incrementos urgentes no IFG.”

SUGESTÕES DA CPA:

- Viabilizar mais recursos de informática com espaço apropriado, quiçá criando mais um laboratório de informática.
- Viabilizar a utilização segura do laboratório de Química e Biologia.
- Priorizar a manutenção dos laboratórios existentes, com prioridade às instalações elétricas.
- Adquirir insumos e equipamentos necessários.
- Contratar técnicos-administrativos competentes aos laboratórios que ainda necessitam.

3.3.1.5 Biblioteca

Para avaliar a infraestrutura da biblioteca foram realizadas três questões, conforme os respectivos resultados descritos nas tabelas 19, 20 e 21.

Numa perspectiva geral de todos os segmentos da comunidade acadêmica, 65,6% dos docentes responderam que a infraestrutura da biblioteca do Câmpus Cidade de Goiás é boa ou ótima; assim como 76,8% dos discentes e 100% dos técnicos-administrativos lotados na biblioteca participantes do questionário. Indica-se, portanto, que para a maioria da comunidade a infraestrutura da biblioteca é satisfatória, mas ainda há algumas demandas pontuais a serem desenvolvidas.

Tabela 19 - "A infraestrutura da biblioteca do IFG é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	4	17	11	0	0	0	Desenvolver
		12,5%	53,1%	34,4%	0,0%	0,0%	0,0%	
Discente	56	23	20	10	2	1	0	Manter
		41,1%	35,7%	17,9%	3,6%	1,8%	0,0%	
Técnicos Administrativos	2	1	1	0	0	0	0	Manter
		50,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	
Total do Campus	90	Aprovação		73,3%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

Em questão mais específica, direcionada apenas aos docentes e discentes, o acervo indica uma demanda para desenvolvimento. De acordo com 62,5% dos docentes, encontra-se “bom” ou “ótimo” o acervo da biblioteca voltado para suas respectivas áreas de atuação (veja na Tabela 20). De modo aproximado, 69,6% dos discentes têm a mesma avaliação quanto ao acervo voltado para seu respectivo curso (veja na Tabela 21).

Tabela 20 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Docente	32	3	17	9	1	2	0	Desenvolver
		9,4%	53,1%	28,1%	3,1%	6,3%	0,0%	
Total do Campus	32	Aprovação		62,5%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

Tabela 21 - "O acervo da biblioteca, voltado para seu Curso é:"

Segmento	Quantidade	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não sei	Indicação do segmento
Discente	56	12	27	11	4	1	1	Desenvolver
		21,4%	48,2%	19,6%	7,1%	1,8%	1,8%	
Total do Campus	56	Aprovação		69,6%	Indicação da CPA		Desenvolver	

Fonte: Autores

Alguns apontamentos foram feitos pelos respondentes da pesquisa sobre esse item:

- “Infelizmente, há reduzido apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico, sobretudo no quesito recursos. Atualmente, é praticamente impossível desenvolver ações sem quaisquer recursos. De maneira semelhante, a falta de recursos para compor o acervo das bibliotecas prejudica imensamente o bom andamento dos cursos, haja vista que os discentes não possuem, no momento, subsídios didáticos para estudo.”
- “Não há salas e bibliotecas climatizadas.”

Entretanto ressaltamos que algumas ações relacionadas à infraestrutura da biblioteca estão descritas no PDI, com vigência 2019 a 2023, como prioridades do IFG, dentre elas:

1. adquirir e implantar sistemas de segurança (PPCI) e outros equipamentos de segurança para biblioteca de todos os Câmpus durante a vigência do PDI 2019/2023;
2. garantir a existência de espaço de leitura e lazer destinado à leitura dos periódicos recentes nas bibliotecas;
3. garantir um membro da CPPIR na comissão de Política de Desenvolvimento de Aquisições e Acervo dos Câmpus;

4. implementar políticas permanentes de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, que contemplem:

a) aquisição via compra: definida de forma transparente e pública, de maneira a contemplar todos os níveis e modalidades de ensino, consultando anualmente os Departamentos, Coordenações e áreas, para definição dos critérios e procedimentos de compra;

b) aquisição via doação: constituir procedimentos para aquisição via doação individual e institucional;

c) criação, manutenção e atualização de acervo digital e audiovisual;

d) constituição de comissões locais permanentes, eleitas e representativas, de atualização e diversificação do acervo das bibliotecas;

5. garantir a aquisição da bibliografia básica e complementar das disciplinas do núcleo específico dos cursos técnicos de nível médio para disponibilização nas bibliotecas de todos os Câmpus, durante a vigência do PDI 2019/2023;

6. renovar permanentemente/regularmente o acervo da biblioteca em formato impresso, eletrônico e multimeios, atualizando o acervo bibliográfico dos Câmpus, em conformidade com os Projetos Pedagógicos de Cursos ofertados: acervo de livros, periódicos acadêmicos e científicos, assinaturas de revistas e jornais, vídeos, CD-ROMS, *e-books* e assinaturas eletrônicas, visando atender às necessidades de pesquisa da comunidade acadêmica da instituição e disponibilizar o acervo para a comunidade externa;

7. garantir o funcionamento da biblioteca durante todo o período de funcionamento dos cursos, por meio de quantitativo de pessoal técnico administrativo suficiente;

8. climatizar as bibliotecas de todos os Câmpus;

9. criar, quando for o caso, e aprimorar e ampliar a infraestrutura (equipamentos e espaço físico) das salas de informática das bibliotecas;

10. promover treinamentos, por área do conhecimento, para acesso ao portal de revistas científicas da CAPES e outras fontes disponíveis na Internet;

11. promover anualmente treinamento para alunos novatos quanto ao uso de serviços e informações das bibliotecas;

12. promover cursos anuais de capacitação aos servidores das bibliotecas; (...)

3.3.1.6 Outras considerações quanto à infraestrutura

A CPA ainda apresenta outras sugestões mais gerais com relação aos temas trabalhados na dimensão VII, considerando a realidade presente do Câmpus:

- Garantir a realização da manutenção dos prédios para não ocorrer infiltrações e inundações nos períodos chuvosos.
- Conseguir recursos para construção de mais um bloco de salas e laboratórios de ensino e alocação apropriada ao trabalho docente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O IFG - Câmpus Cidade de Goiás tem se consolidado de forma satisfatória no que se diz respeito aos objetivos da Instituição, oferecendo educação pública de qualidade em diferentes níveis, além de se fazer presente na comunidade local proporcionando oportunidades a jovens e adultos da região.

Desde o momento da implantação do câmpus na cidade, ele vem crescendo em aspectos estruturais e de pessoal, no público atendido e oferta de ensino. Dessa forma, todo trabalho realizado pela Instituição deve visar melhorias e avanços.

A CPA se faz presente para que o próprio IFG tenha uma visão ampla e geral de particularidades/características que muitas vezes passam despercebidas ou que não se dá a devida atenção. O objetivo da autoavaliação é deixar claro aos gestores quais são os aspectos que merecem maior atenção no âmbito institucional. Isso é feito através dos indicativos propostos (MANTER, DESENVOLVER, MELHORAR, SANAR).

O processo de autoavaliação 2019 foi delineado a partir de avaliações das experiências anteriores da CPA central e dos Câmpus do IFG no que se refere aos processos de autoavaliação realizados em 2017 e 2018, em que, em 2017 houve uma abordagem ampla das dimensões estabelecidos pela Lei nº 10.861/2004; em 2018 a abordagem foi parcial; e em 2019, também parcial, contemplou-se os eixos não considerados em 2018, fazendo o fechamento desse ciclo de avaliações.

O presente relatório utilizou-se de coleta de dados advindos de documentos institucionais, como o PDI 2019/2023 e os relatórios de gestão do Câmpus Cidade de Goiás, e do questionário direcionado a cada segmento (docente, discente e técnico-administrativo) nos fornecendo dados quantitativos quanto qualitativos. Cabe ressaltar que os questionários dos docentes e

discentes além de abranger questões institucionais gerais, contemplaram questões específicas dos cursos superiores que poderão subsidiar as coordenações e colegiados dos cursos nos processos de discussões e deliberações que promovam melhorias em seus respectivos cursos.

Dentre os Eixos avaliados no questionário de 2019, percebe-se que apenas duas questões foram classificadas com o indicativo MANTER, ou seja, questões que atendem aos requisitos de qualidade e que as ações voltadas a elas devem ser mantidas. Em todas as demais, é necessário tomar medidas e propor ações com o objetivo de se elevar o conceito de indicação.

Para este relatório o questionário foi elaborado no contexto dos eixos II, IV e V.

Com relação ao Eixo II - Desenvolvimento Institucional (Dimensões I e III), as ações devem ser voltadas à divulgação do PDI, às políticas de inclusão e também à preservação do meio ambiente, além do incentivo ao desenvolvimento científico e tecnológico. Essas intervenções devem ser voltadas a todos os segmentos e devem ter a cooperação de todos eles também.

O Eixo IV - Políticas de Gestão (Dimensão V) apresenta deficiências no que tange aos servidores técnicos-administrativos. É necessária atenção especial com relação à atuação da CIS, assim como da publicidade delas. Em relação à capacitação desses servidores, as ações devem ter caráter de urgência, já que houve uma indicação de SANAR por parte da própria categoria.

Por fim, o Eixo V - Infraestrutura (Dimensão VII) com oito questões, dentre elas quatro com indicação de MELHORAR e as outras quatro por DESENVOLVER, sinalizou que a infraestrutura física do Câmpus demanda alterações, manutenções, novas aquisições e edificações. Além dessas indicações, este eixo apresentou maior interesse pela comunidade acadêmica, percebido através das sugestões redigidas no questionário. Nesse sentido, esta dimensão deve ser priorizada pela Gestão, destacando a possibilidade dos problemas estruturais serem os agentes causadores de outros problemas em outros contextos (dimensões).

A partir dos apontamentos apresentados, a proposta da Comissão Local é realizar pesquisas, durante o período letivo, que levem em conta as questões que tiveram abordagem muito generalista no questionário, a fim de localizar as demandas pontuais. Assim, pode-se ter uma melhor visibilidade das deficiências para encaminhá-las à gestão e a seus devidos setores.

A Comissão continuará trabalhando com o intuito de divulgar o presente relatório; sensibilizar a comunidade acadêmica da importância em participar das pesquisas propostas pela CPA; e aprimorar o procedimento de avaliação em seus diversos elementos, como o formato, plataforma de questionário, elaboração de questões dentro dos temas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2004.

_____. Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959. Dispõe sobre nova organização escolar e administrativa dos estabelecimentos de ensino industrial do Ministério da Educação e Cultura, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1959.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2008.

_____. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. Cria nas capitais dos Estados as Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. 1909.

_____. Decreto nº 6.095, de 24 de abril de 2007. Estabelece diretrizes para o processo de integração de instituições federais de educação tecnológica, para fins de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET, no âmbito da Rede Federal de Educação Tecnológica. 2007.

_____. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação

superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.2017.

_____. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12 de dezembro de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2007.

_____. Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 065, de 09 de outubro de 2014. Brasília, DF, 2014.

GOMES, L. C. G. **Imagens não-cotidianas: escola de aprendizes artífices de Campos (1910-1942)**. 2004. 170 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2004.

ANEXO A – GRÁFICOS INDIVIDUAIS GERADOS PELA PLATAFORMA DO QUESTIONÁRIO

Gráfico 1 - "O seu conhecimento sobre a missão (função social) do IFG é:"

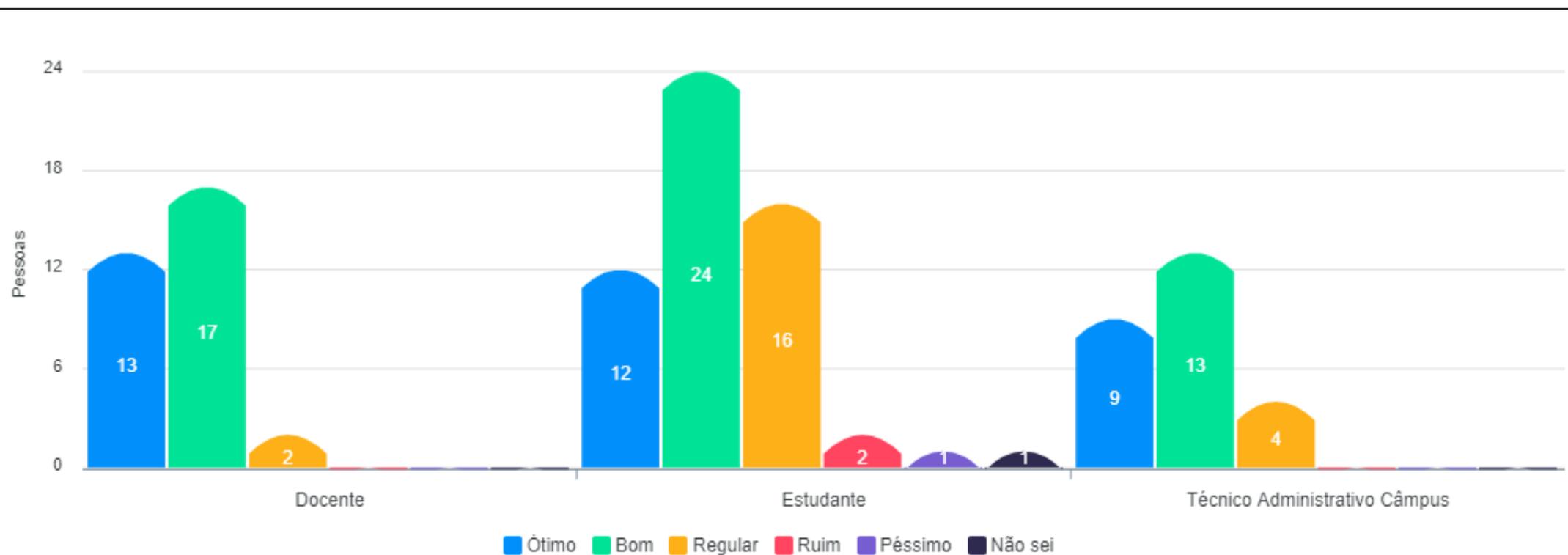


Gráfico 2 - "O seu conhecimento sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI 2019- 2023) é:"

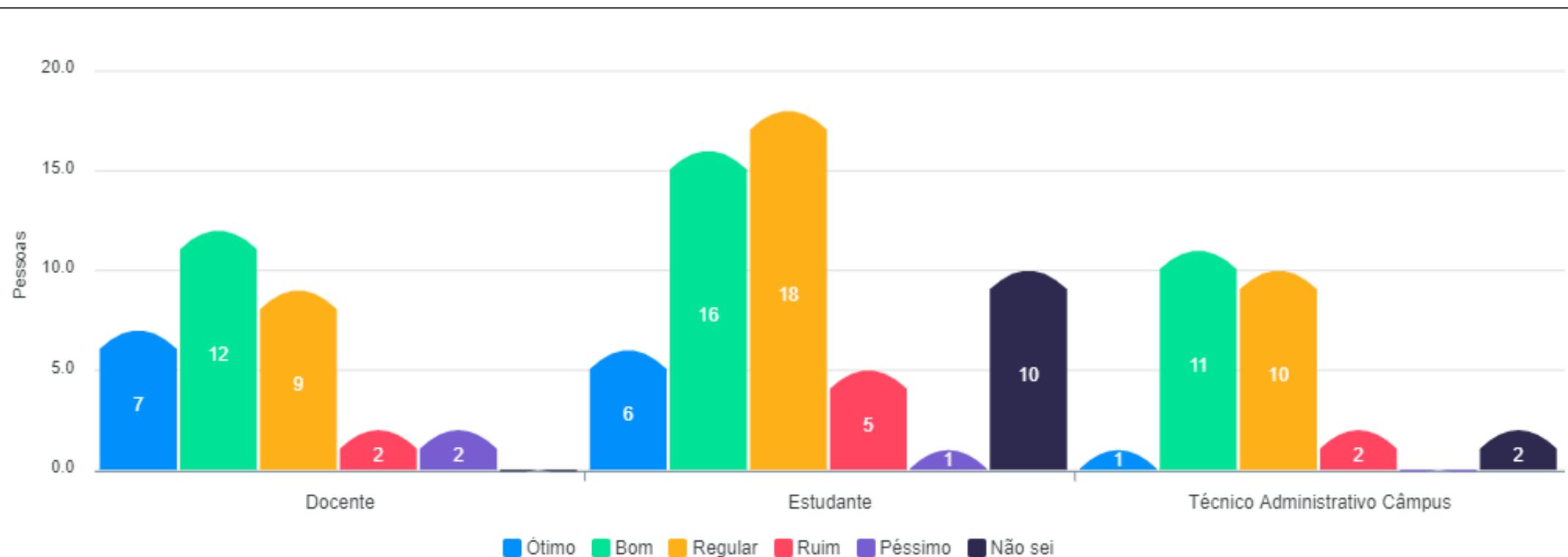


Gráfico 3 - "O respeito pelas diferenças de gênero, étnicas, religiosas e políticas da comunidade acadêmica no IFG é:"

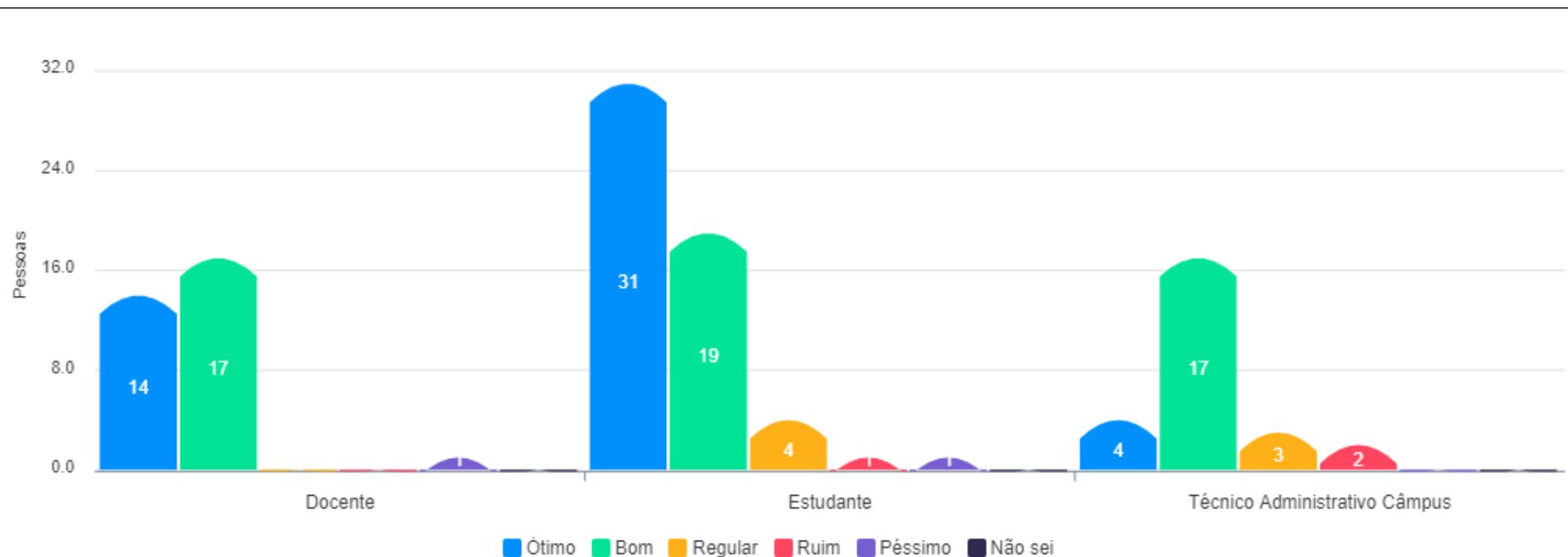


Gráfico 4 - "O incentivo à promoção de ações de desenvolvimento científico e tecnológico no IFG é:"

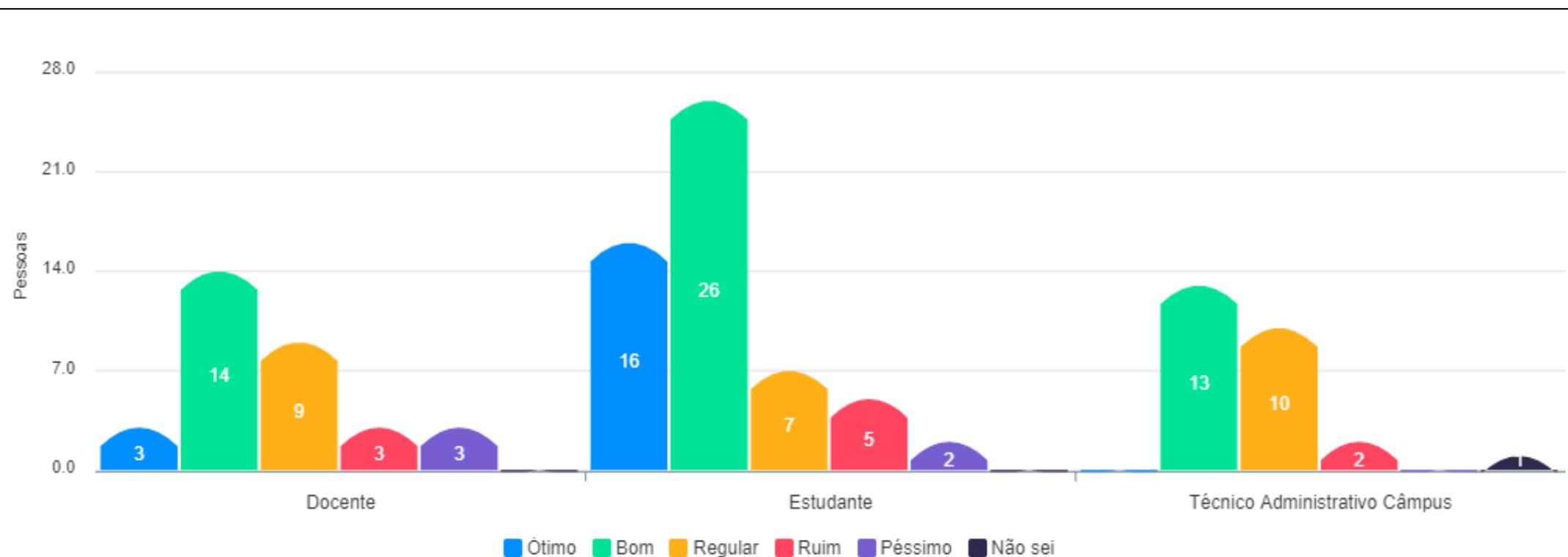


Gráfico 5 - "A política de inclusão de pessoas com necessidades educacionais específicas no IFG é:"

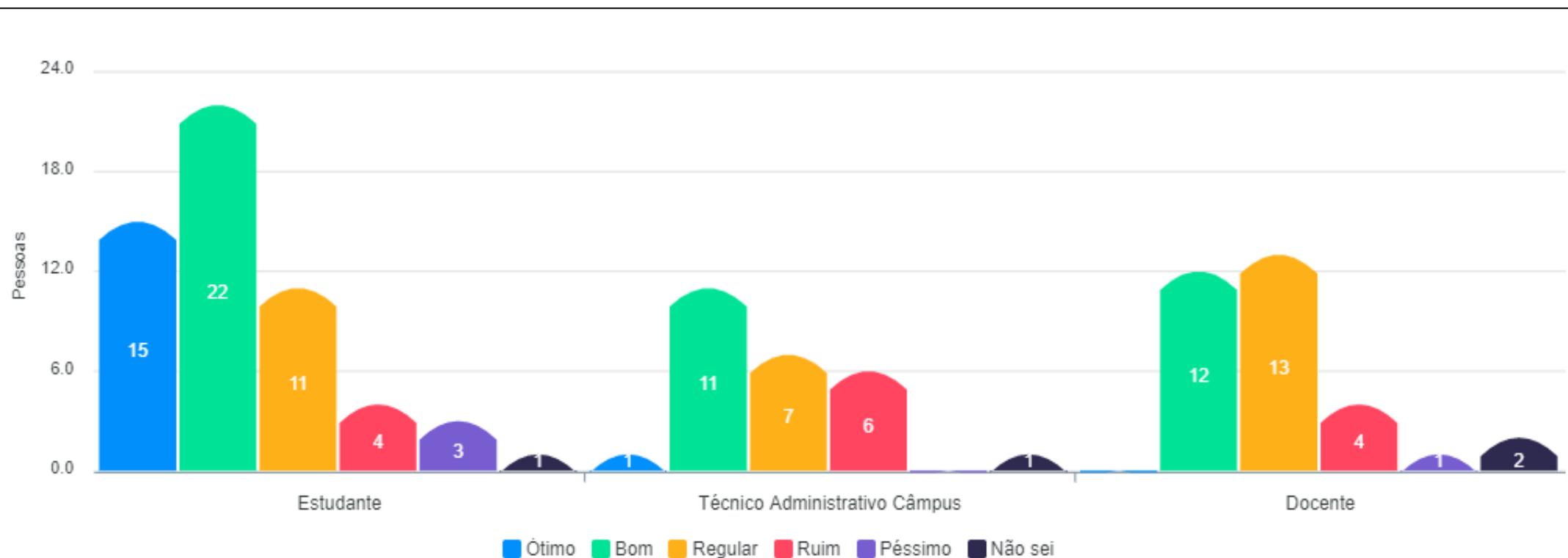


Gráfico 6 - "O desenvolvimento de ações de ensino, pesquisa, extensão e administração, no IFG, voltadas para a preservação do meio ambiente é:"

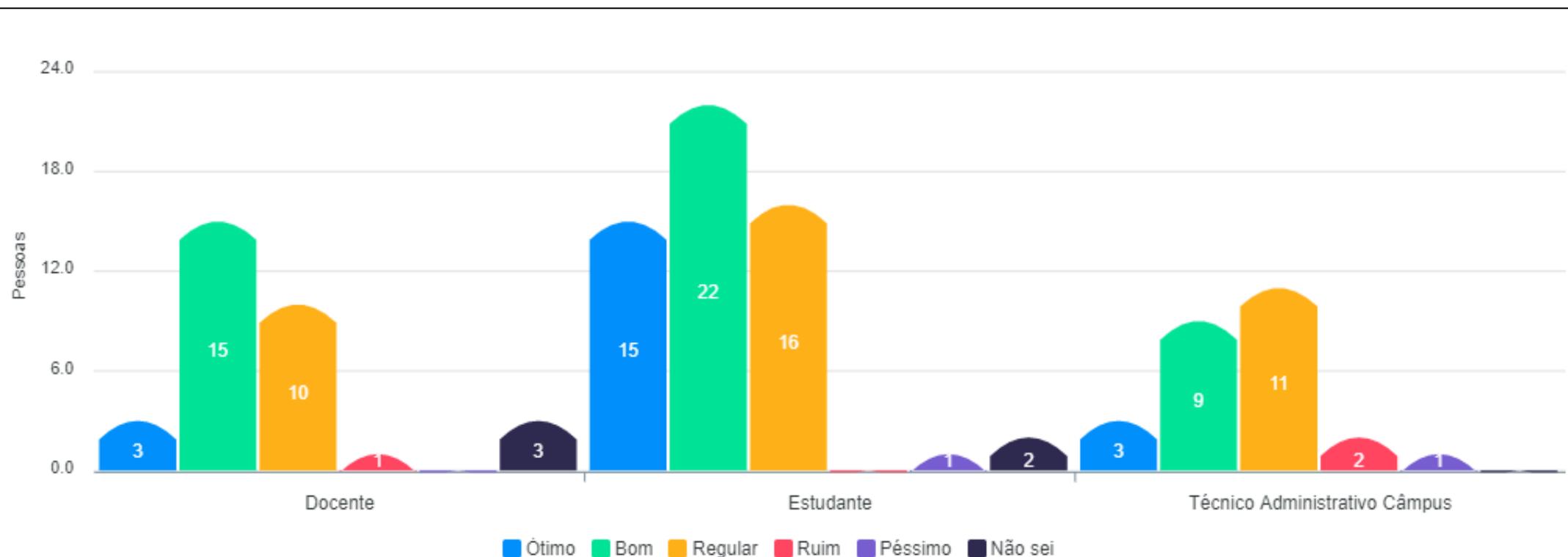


Gráfico 7 - "A política de gestão de pessoas no IFG é:"

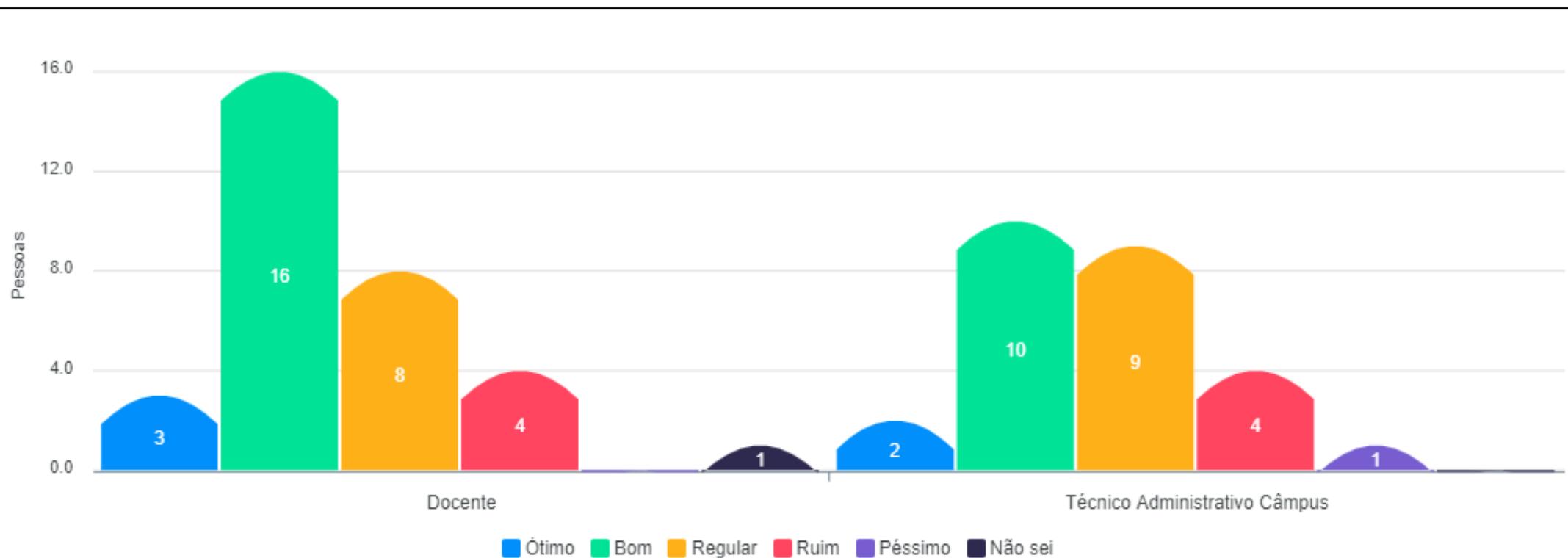


Gráfico 8 - "A atuação da Comissão Interna de Supervisão de Carreira (CIS) é:"

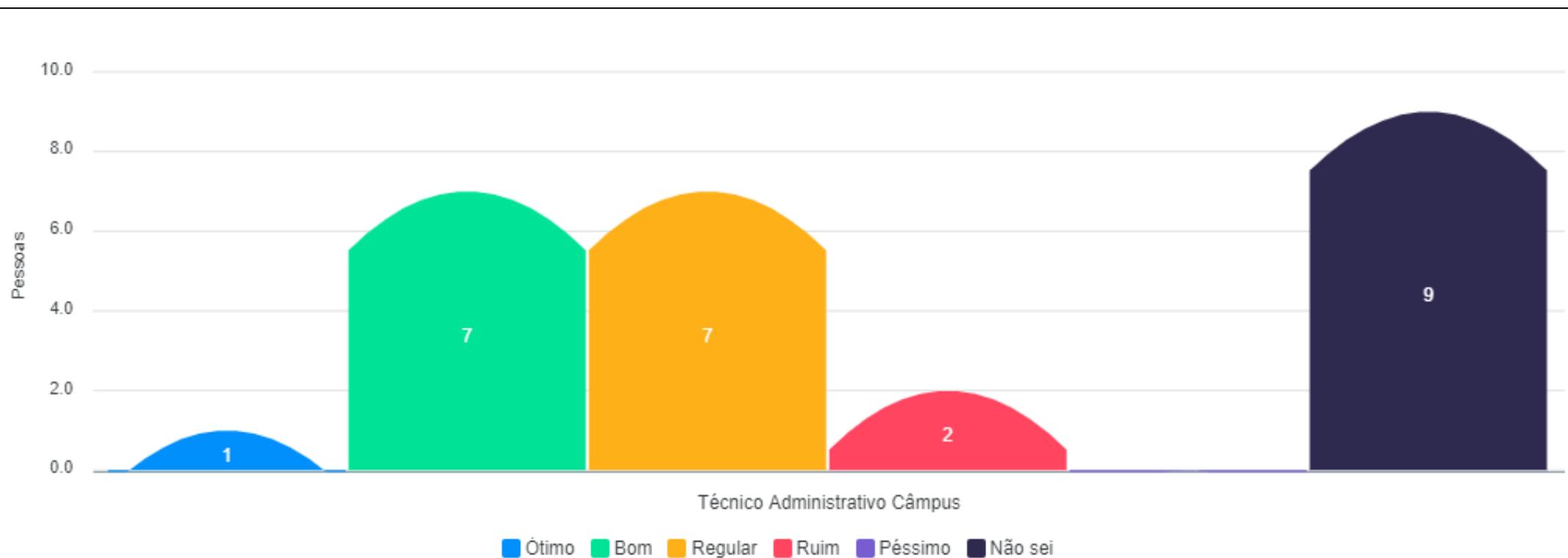


Gráfico 9 - "A política de capacitação para os servidores técnico-administrativos no IFG é:"

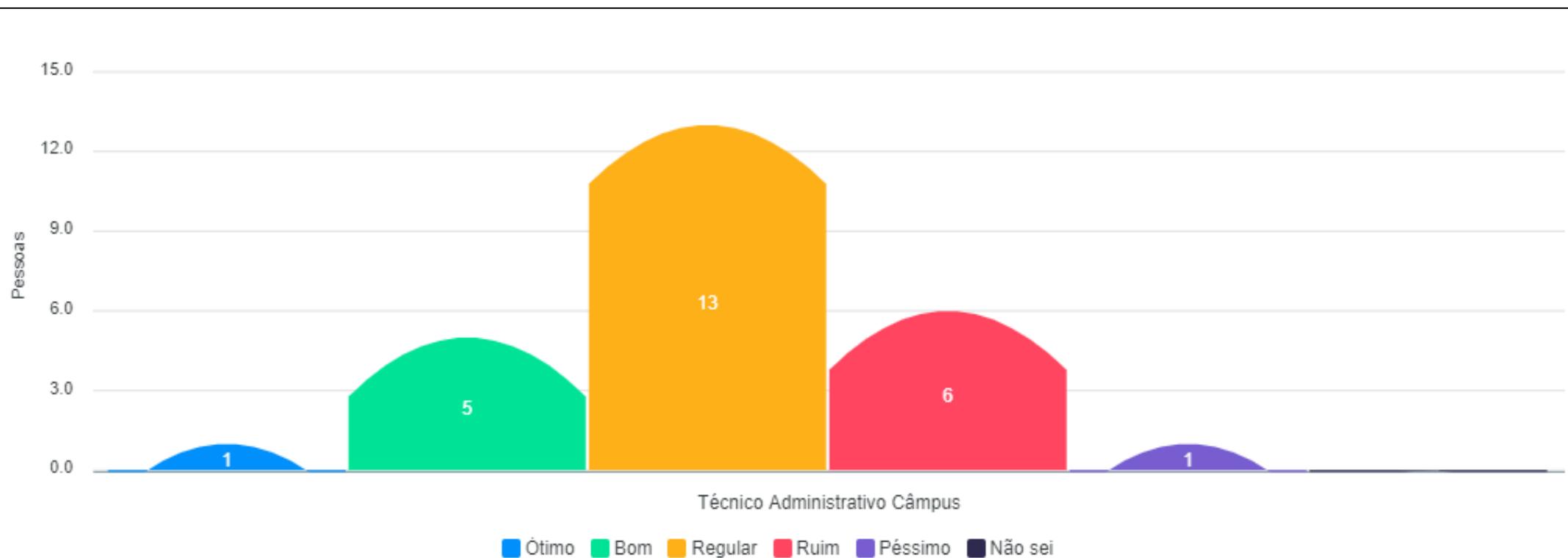


Gráfico 10 - "A atuação da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é:"

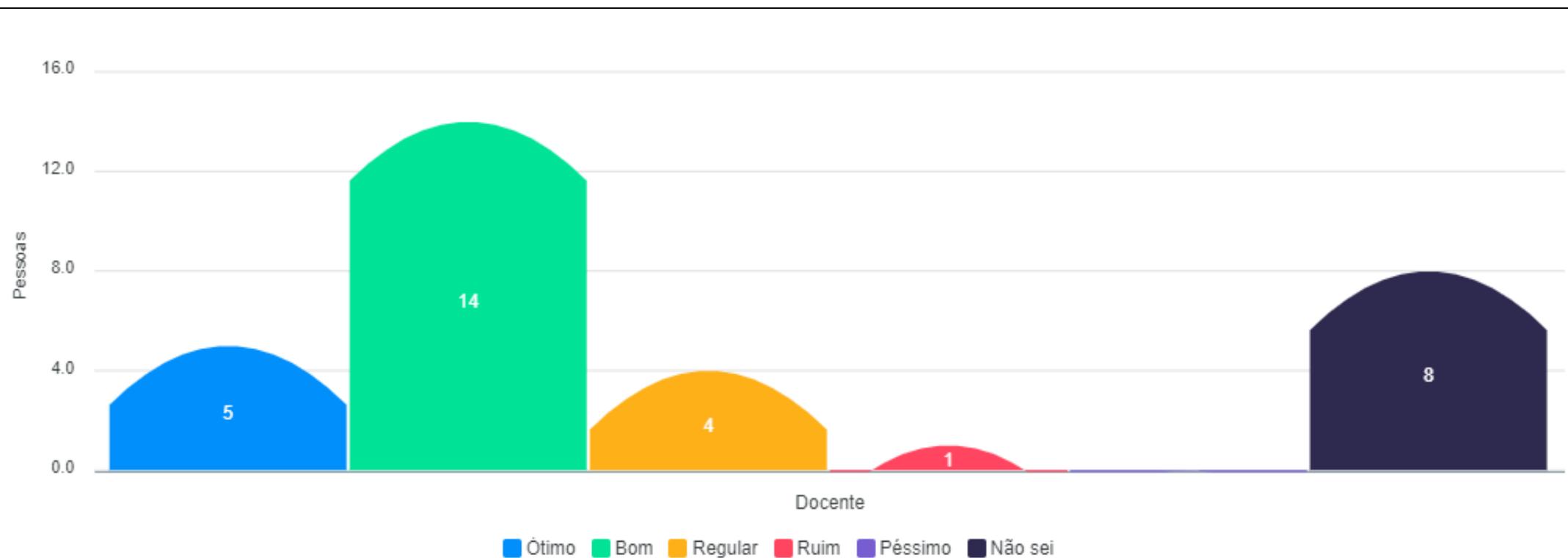


Gráfico 11 - "A garantia da participação democrática nas tomadas de decisões nos colegiados do IFG:"

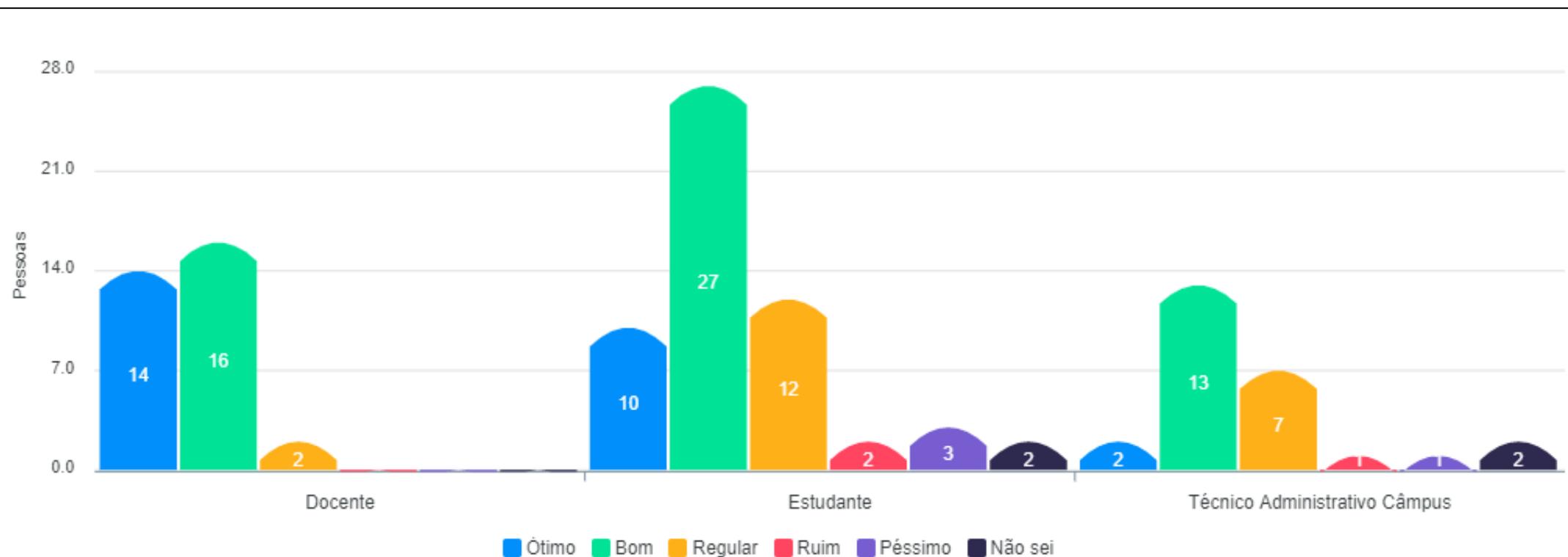


Gráfico 12 - "As condições das salas de aula (dimensão, iluminação, comodidade, recursos didáticos, dentre outros) do IFG são:"

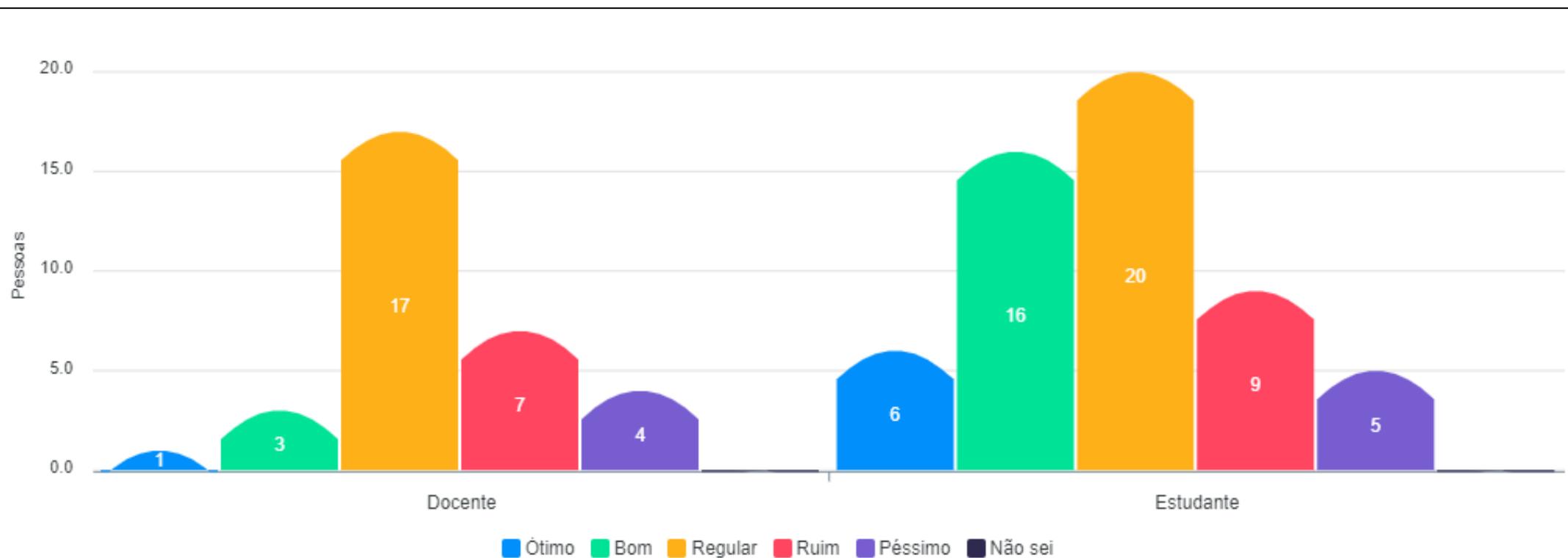


Gráfico 13 - "As áreas de convivência para os estudantes no IFG são:"

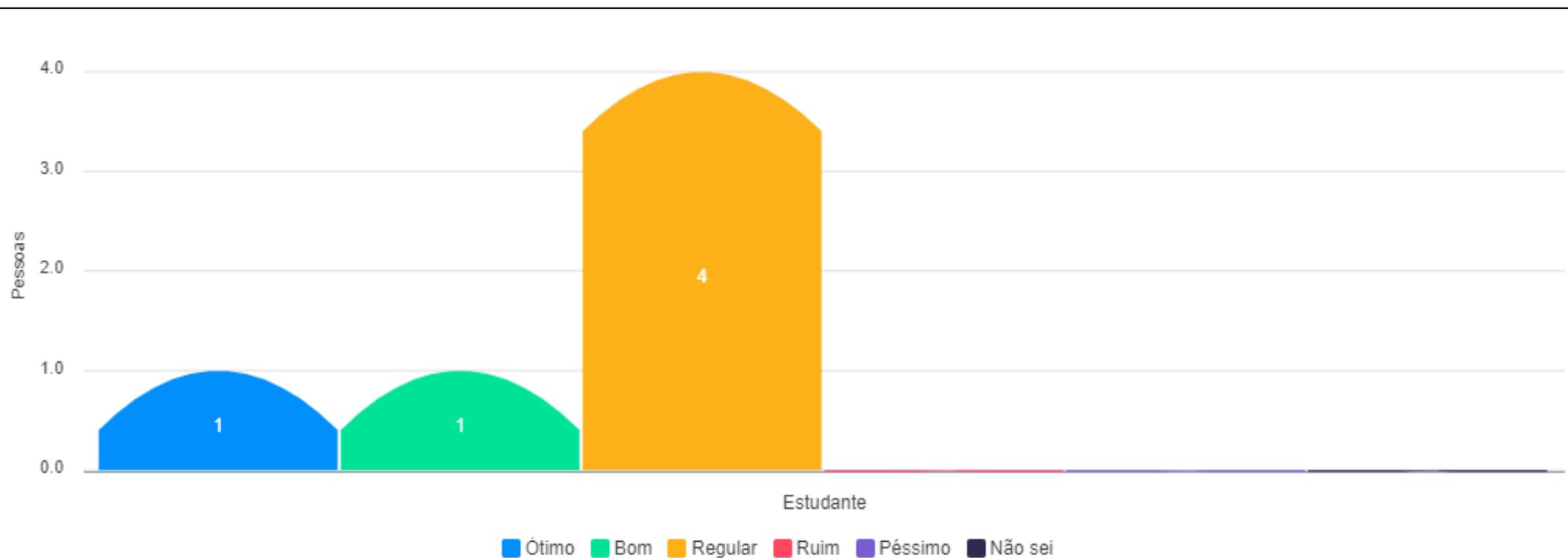


Gráfico 14 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:" "A infraestrutura da biblioteca do IFG é:"

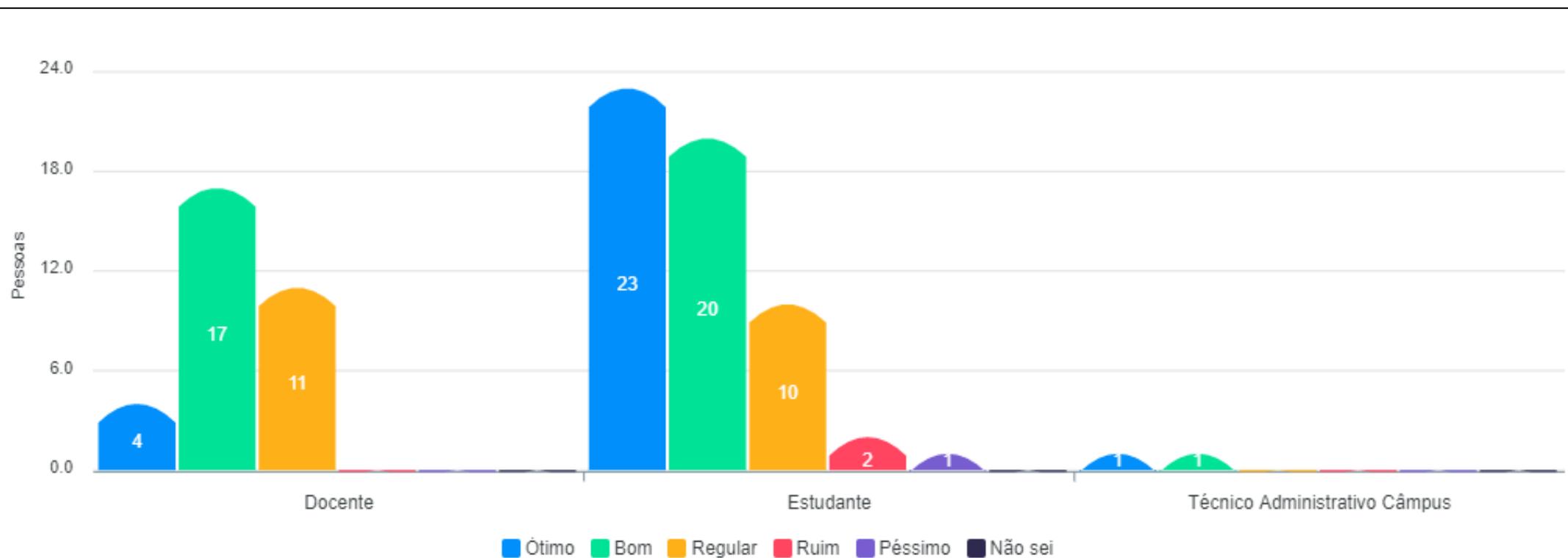


Gráfico 15 - "As áreas de convivência para os servidores no IFG são:"

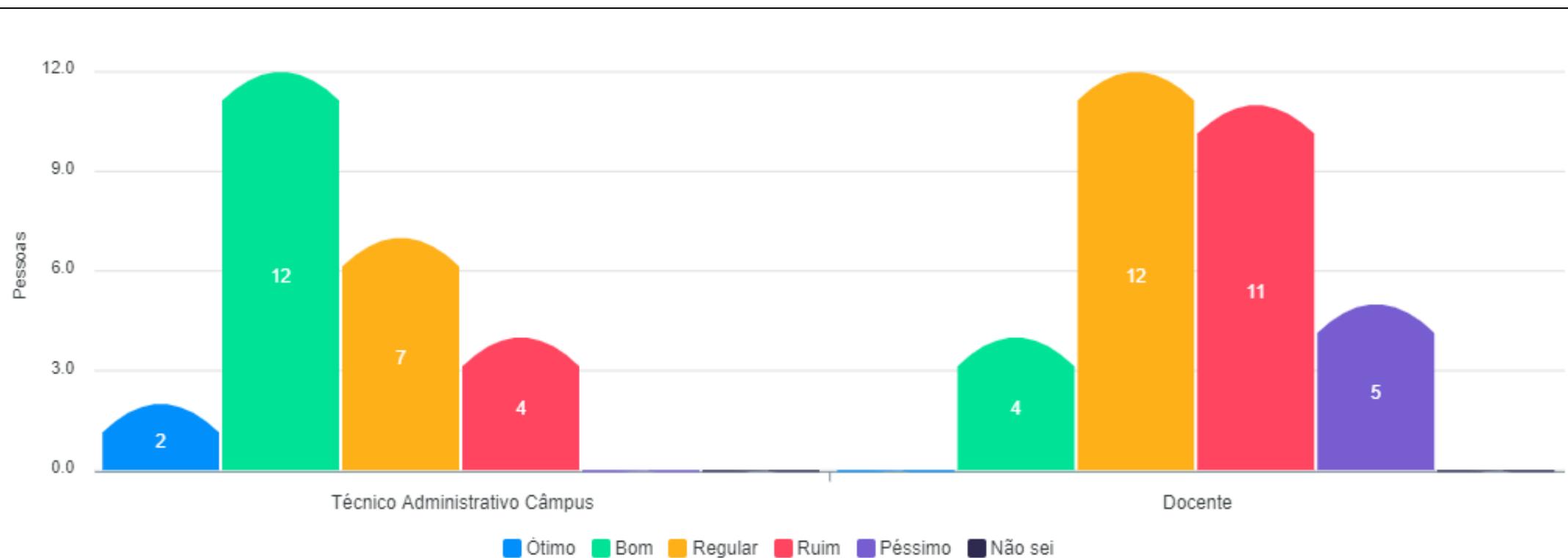


Gráfico 16 - "O acervo da biblioteca, voltado para sua área de atuação é:"

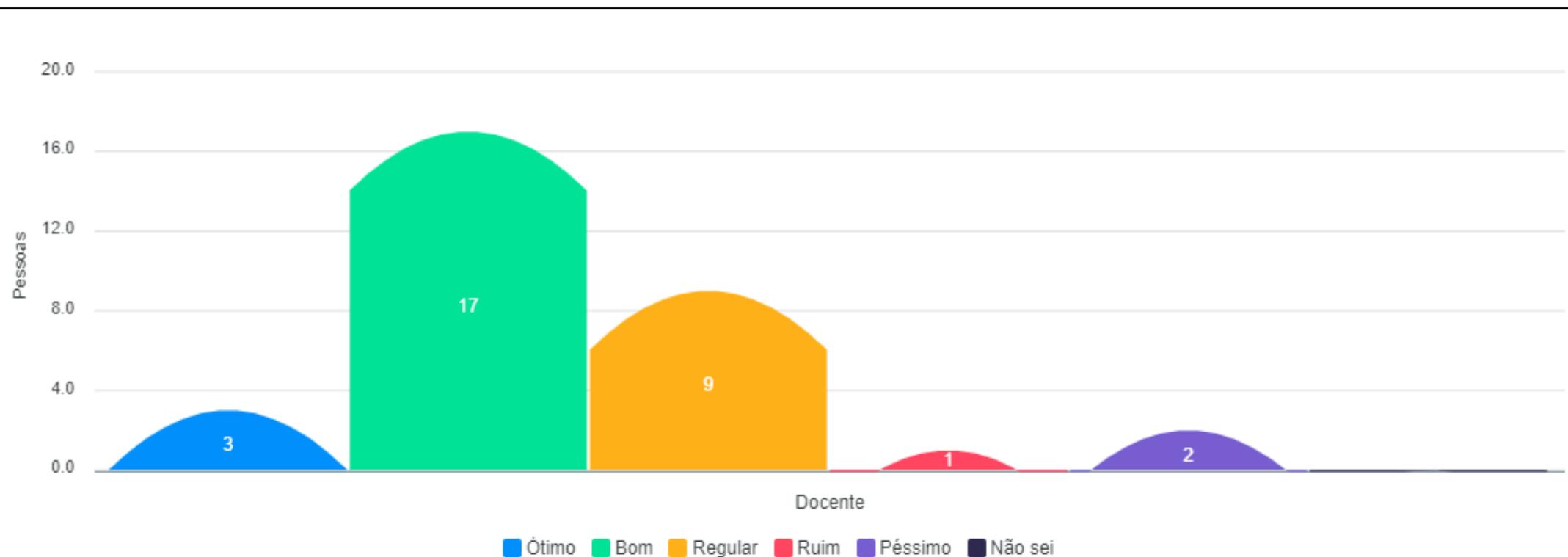


Gráfico 17 - "A acessibilidade para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida no IFG é:"

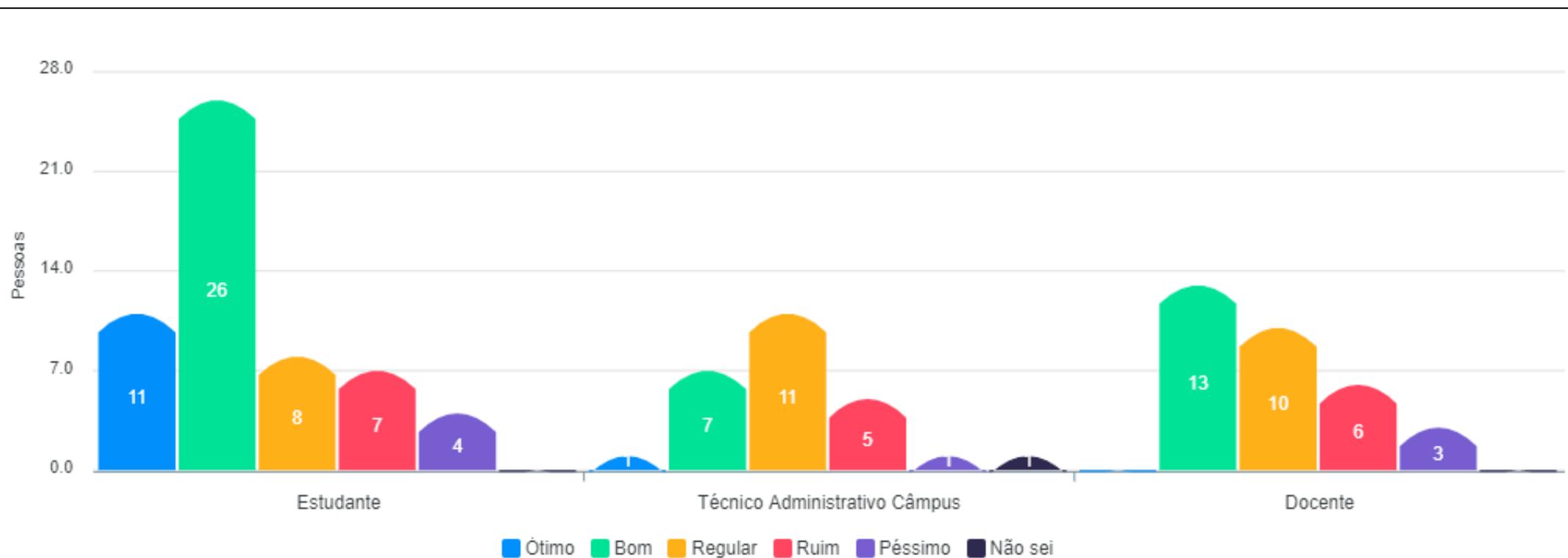


Gráfico 18 - "A forma como os laboratórios didáticos, necessários para o seu curso, atendem às demandas de ensino, pesquisa e extensão (considere estrutura e insumos) é:"

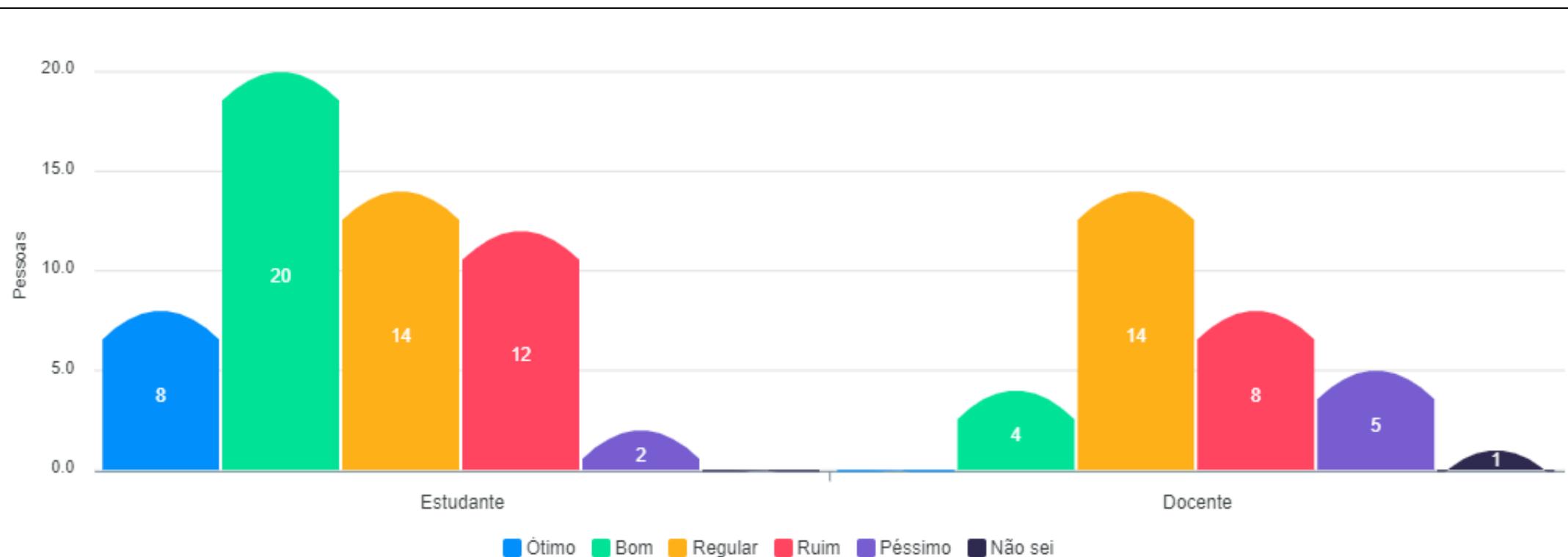


Gráfico 19 - "O acervo da biblioteca, voltado para seu Curso é:"

